

P A R A

Agosto de 2021 | Ano 13 | Edição 44

E INDUSTRIAL

AS POSSIBILIDADES DO ARCO NORTE NA LOGÍSTICA

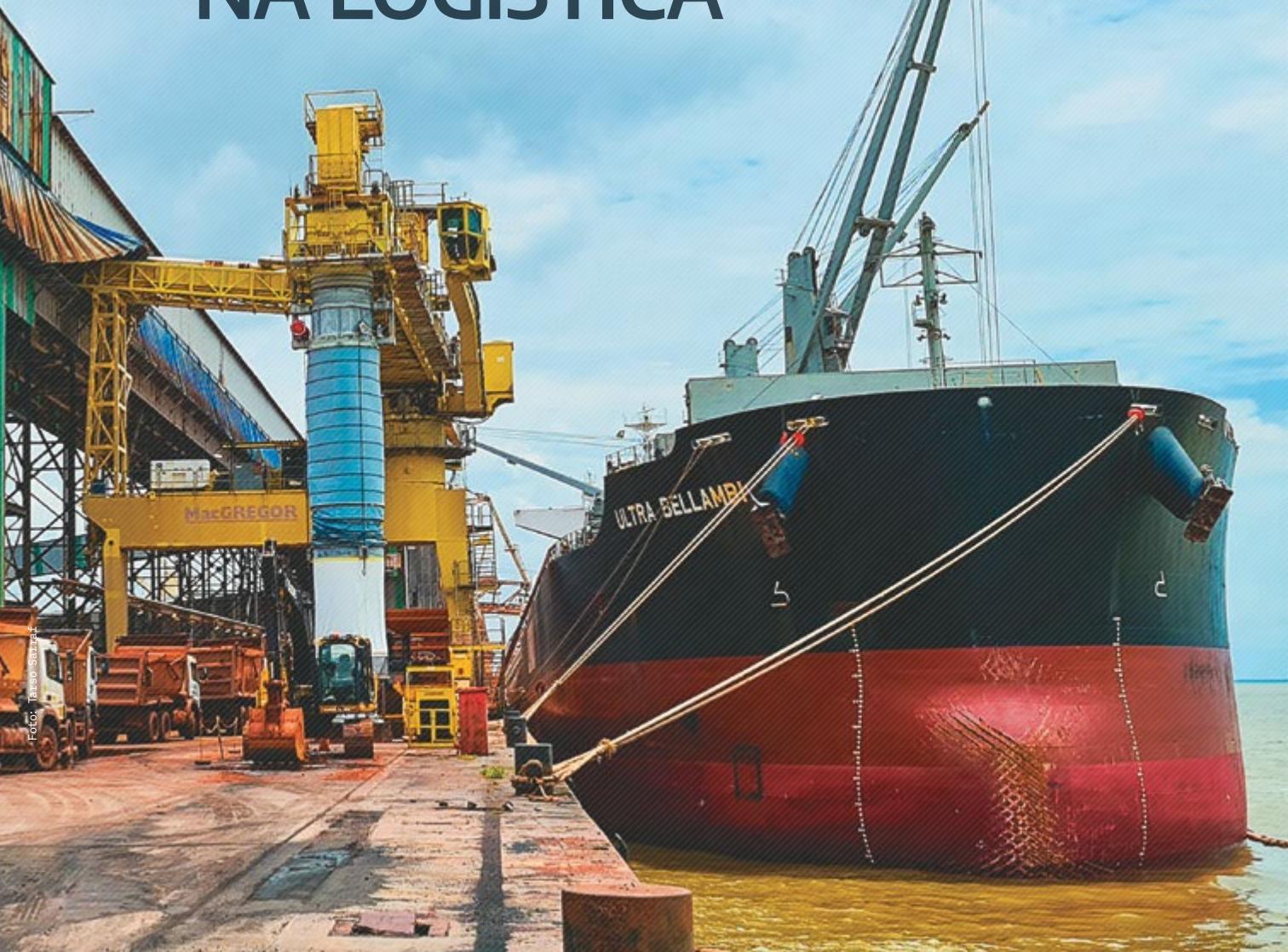


Foto: Tasso Baruffi



FAÇA UM DIAGNÓSTICO **GRATUITO** E IDENTIFIQUE A NECESSIDADE DE TREINAMENTO DE SUA EMPRESA!

Com foco no aumento da **competitividade das empresas** do nosso estado, o IEL Pará oferece o **Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT)**, um diagnóstico **GRATUITO** com o objetivo de identificar de forma assertiva as temáticas para o desenvolvimento de competências e habilidades de sua equipe.

PREMISSA

No cenário atual, investir na **capacitação de profissionais da sua empresa** é um meio de assegurar a **qualidade da equipe** e do **resultado esperado**. Deve-se assumir e encarar que o **Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT)** identifica o nível atual de competências, habilidades e/ou conhecimento de indivíduos em uma ou mais áreas de uma empresa e compara esse nível de competência com o patamar necessário para sua posição dentro da organização.

Desta forma, identificar os **gaps** (lacunas) dentro da organização são essenciais, para **direcionar de forma correta o investimento aplicado** nos treinamentos necessários para o desenvolvimento do time de colaboradores, capacitando-os de acordo com as necessidades individuais e coletivas, pensando em como isso pode trazer **retornos positivos para a empresa**.

Ficou interessado?

📞 Informações: 91 4009-4741

www.iel-pa.org.br

🌐 [ielparaoficial](#)



União de forças pelo crescimento industrial do Pará

Grande incentivador da valorização da indústria genuinamente paraense, o Sistema FIEPA lançou em maio a campanha “Feito no Pará, pode comprar”, uma contribuição dessa entidade de defesa da indústria para que a sociedade reconheça e compre produtos feitos aqui mesmo, no nosso Estado. Esse tipo de incentivo, por meio de campanhas veiculadas na mídia, já é feito há mais de dez anos pela Federação, que foi pioneira nessa iniciativa e que com essa nova onda de campanha modernizou a mensagem ao povo paraense.

A campanha procura mostrar, ao mesmo tempo, que a indústria do Pará faz muitos produtos, tem qualidade e ainda internaliza os benefícios no próprio estado. Com isso, a FIEPA luta não apenas pelo setor industrial, mas por todo o Pará.

Além dessa valorização do produto paraense, nossa preocupação neste momento advém ainda do abismo que existe entre os grandes projetos e as médias e pequenas empresas, agravado ainda mais nesse período de crise provocada pela pandemia. As pequenas e médias indústrias têm toda a possibilidade de fornecer insumos para os grandes projetos e assim ocorre o movimento de uma indústria apoiando a outra.

É importante unirmos forças para que os grandes projetos possam comprar cada vez mais no nosso Estado. Essa é uma contribuição para a geração de emprego e renda, incentivando assim toda uma cadeia que gira em torno da grande indústria.

Há 20 anos, a FIEPA incentiva essa internalização de riquezas, valorizando os fornecedores locais, por meio de sua iniciativa REDES, que nessas duas décadas de atuação registra um índice que subiu de 19% para mais de 50% em compras locais entre as empresas mantenedoras. Esse incentivo se dá por meio de ações como capacitações, rodadas de negócios, consultorias, diagnósticos, entre outros, nos

quais pequenos e médios ganham a oportunidade de mostrar seu potencial e fornecer para grandes empreendimentos.

Além disso, o Sistema FIEPA incentiva a vinda de novos investimentos para o Estado. Localizados em vários cantos do Pará, eles seriam indutores do desenvolvimento, responsáveis pelo aumento da arrecadação, por novos postos de trabalho diretos e indiretos e geração de renda nas regiões onde estariam presentes.



JOSÉ CONRADO SANTOS

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ - SISTEMA FIEPA

Atualmente, a indústria é responsável por 31% do PIB do Estado e responde ainda por 50,7% do PIB industrial da região Norte. Além disso, gera cerca de 170 mil postos de trabalhos diretos, representando 15,5% do emprego formal no Estado e 42,5% do emprego industrial da região Norte. Números que podem ser ainda mais expressivos a partir da valorização de todo o potencial industrial paraense.¶

A INDÚSTRIA É RESPONSÁVEL POR 31% DO PIB DO ESTADO E RESPONDE AINDA POR 50,7% DO PIB INDUSTRIAL DA REGIÃO NORTE

PARÁ INDUSTRIAL

14

CONHEÇA O POTENCIAL LOGÍSTICO DO ARCO NORTE E A CRESCENTE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ NESTE CENÁRIO



29

AUMENTAM AS PESQUISAS E DISCUSSÕES SOBRE O NOVO PRÉ-SAL DO NORTE E NORDESTE

32

SESI DRIBLA A PANDEMIA E MANTÉM ATIVIDADE FÍSICA PARA SEUS ALUNOS POR MEIO DE VÍDEOS

35

REDES FIEPA COMPLETA MAIS DE DUAS DÉCADAS DE INOVAÇÃO



51

CONFIRA OS PRODUTOS QUE SÃO FEITOS NO PARÁ E QUE VOCÊ NEM IMAGINAVA

SEÇÕES

EDITORIAL

03

RADAR DA INDÚSTRIA

06

ARTIGOS

ALBERTO ROGÉRIO BENEDITO DA SILVA

18

SHIRLEY GOUVEA

25

CLÓVIS CARNEIRO

63



10

ENTREVISTA

JOSÉ FERNANDO GOMES JÚNIOR, TITULAR DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA FALA SOBRE OS DESAFIOS DE SUA GESTÃO E PROJETOS EM ANDAMENTO NA SEDEME



SESI SENAI

PELO FUTURO DO TRABALHO

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ - SISTEMA FIEPA - QUADRIÊNIO 2018/2022

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Marcos Marcelino de Oliveira

Nilson Monteiro de Azevedo

José Fernando de Mendonça Gomes Junior (Licenciado)

José Maria da Costa Mendonça

Rita de Cássia Arêas

VICE-PRESIDENTES

Shydney Jorge Rosa

Marcelo Gil Castelo Branco

Fabio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos

Luiz Otávio Rei Monteiro

Juarez de Paula Simões

Carlos Jorge da Silva Lima

Clóvis Armando Lemos Carneiro

Solange Maria Alves Mota Santos

Alex Dias Carvalho

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro

Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário

Maria de Fátima Chamma • 2º Secretária

DIRETORES

Josefran da Silva Almeida

Leônidas Ernesto de Souza

Oséas Nunes de Castro

Apoliano Oliveira do Nascimento

Fernando Antônio Ferreira

Marcello Silva do Amaral Brito

Rivanildo Samuel Hardman Junior

Antônio Emil dos Santos Lourenço Castanheira de

Macedo

Daniel Acatauassú Freire

Paulo Afonso Costa

Maurício Rizzo Lima Kaiano

Neudo Tavares

Mário César Lombardi

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

André Luiz Ferreira Fontes

Fernando Bruno Carvalho Barbosa

Raimundo Gonçalves Barbosa

SUPLENTES

Fábio Resque Vieira

Abílio Furtado Henriques

DELEGADOS

EFETIVOS JUNTO À CNI

José Conrado Azevedo Santos

Fabio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos

SUPLENTES JUNTO À CNI

Nilson Monteiro de Azevedo

José Maria da Costa Mendonça

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI E DIRETOR

REGIONAL DO SENAI

Dário Antônio Bastos de Lemos

SUPERINTENDENTE DO IEL

Carlos Auad

DIRETOR EXECUTIVO DA FIEPA

Ivanildo Pontes

CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues

FIEPA IEL

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PRODUÇÃO

Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA

Temple Comunicação

REDAÇÃO

Gerente de Comunicação: Elen Nérís

EDIÇÃO

Temple Comunicação

TEXTOS

Adriana Ferreira, Elen Nérís, Fernando Gomes, Maria

Luiza Martins, Lorena Nobre, Raquel Carmo, Solange

Campos, Jobson Marinho, Iaci Gomes e Daniel Santos

CAPA

Calazans Souza

PROJETO GRÁFICO

Calazans Souza e Ronaldo Magno

FOTOS

Pedro Sousa, Tarso Sarraf e divulgação

TRATAMENTO DE IMAGEM E DIAGRAMAÇÃO

Calazans Souza

REVISÃO DE CONTEÚDO

Ivanildo Pontes e Elen Nérís

PUBLICIDADE

Assessoria de Comunicação do Sistema FIEPA

(91) 4009-4816

IMPRESSÃO

Marques Editora

Tiragem: 15.000 exemplares

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento da FIEPA.



Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA
Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 7º andar.
CEP: 66035-190. Belém (PA). (91) 4009-4815 / 4816 / 4817
Comentários e sugestões de pauta: comunicacaofiepa@gmail.com

Acompanhe o Sistema FIEPA na internet:

www.fiepa.org.br



/sistemafiepa



/SistemaFIEPAweb



IEL PARÁ

/ielparaoficial

SESI PARÁ

/sesipara

SENAI PARÁ

/senaipara

TEATRO DO SESI

/teatrosesipa

RADAR DA INDÚSTRIA



Pronampe

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) do Governo Federal, inicialmente um recurso temporário para o acesso de empresas a linhas de crédito, se tornou permanente. Com a efetivação, houve algumas mudanças, que estão explicadas na cartilha “Pronampe: como as micro e pequenas empresas podem se beneficiar”, elaborada pelo Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC) da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para obter o material gratuitamente, acesse no QR code ao lado.



Mãos à Obra

O SESI e o SENAI desenvolvem o projeto Mãos à Obra, na Vale. A consultoria visa a prevenção de acidentes com as mãos, durante as obras de implantação do Projeto Adicional +10, expansão da Mina de Serra Sul, em Canaã dos Carajás. O trabalho atende funcionários das empresas terceirizadas da mineradora na região.



Capacitação profissional

O SENAI, em parceria com o Programa de Capacitação Profissional da Hydro vem, desde o início de 2021, qualificando moradores de comunidades próximas ao mineroduto da empresa. No total, ao longo dos próximos anos, serão 230 vagas em 18 turmas em quatro cursos de formação gratuita e direcionada a moradores de 11 comunidades próximas ao mineroduto e linha de transmissão nos municípios de Abaetetuba, Ipixuna do Pará, Acará, Moju e Tomé-Açu.

Futuro da Engenharia

Partindo do princípio de que os mundos da educação e do trabalho devem caminhar lado a lado, foi lançado o livro “O futuro da formação em Engenharia: uma articulação entre as demandas empresariais e as boas práticas nas universidades”. O objetivo é contribuir para aproximar a indústria e a academia, de modo a reorientar as mudanças nas graduações de Engenharia, em consonância com os desafios globais, as novas tecnologias e com os perfis profissionais cada vez mais requisitados para a realidade da Indústria 4.0. A publicação é um lançamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), organizada em parceria pelo GT de Engenharia-STEAM da MEI/CNI, Conselho Nacional de Educação (CNE), Associação Brasileira de Educação em Engenharia (Abenge) e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). O livro está disponível no QR code abaixo.



MRN fomenta educação musical em Porto Trombetas

Com o propósito principal de levar música clássica a pessoas que não têm acesso, o projeto Orquestra Maré do Amanhã já tem mais de 60 crianças e adolescentes do distrito de Porto Trombetas e da comunidade do Boa Vista inscritas para aprender viola e violino em aulas gratuitas. A iniciativa social da Mineração Rio do Norte tem parceria da referida orquestra e do colégio Equipe. As atividades seguem os protocolos de segurança preventiva contra a Covid-19 como turmas reduzidas em sala de aula, garantindo o distanciamento social, além do uso de máscaras e higienização com álcool em gel. Quando o contexto da pandemia estiver mantido sob controle, também serão realizadas aulas itinerantes nas escolas municipais das comunidades Boa Vista e Moura.



SENAI firma parceria com a Komatsu para formação de profissionais em Parauapebas

Um total de 50 alunos participam do Programa de Imersão Komatsu, realizado em parceria com o SENAI Parauapebas. A capacitação é uma iniciativa direcionada a jovens formados em cursos técnicos e que buscam conhecimentos específicos e um diferencial técnico no mercado de trabalho. Ao longo da formação, os alunos recebem uma bolsa de estudos e, ao término do curso, estarão aptos a se candidatar para vagas da própria Komatsu, bem como de outras empresas do segmento de mineração.

RADAR DA INDÚSTRIA



ABIGRAF

A nova diretoria da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional) tomou posse no início do mês de junho para o triênio 2021-2023. Entre os membros da diretoria está o paraense João Marcelo Azevedo Santos, que também é presidente do Conselho de Jovens Empresários do Pará (Conjove-PA) e está assumindo agora também a presidência da Abigraf-PA, que até então era comandada pelo presidente da FIEPA, o industrial José Conrado Santos. A Abigraf, que lidera, integra e representa o setor gráfico, renova sua diretoria com a proposta de levar a todos os associados informações e orientações de relevância para poder desenvolver o seus negócios.



Informática

Alunos e moradores das comunidades vizinhas da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santa Maria do Bacuri, no município de Ipixuna do Pará, já podem contar com um laboratório de informática bem equipado para suas atividades. Com onze computadores, projetor e climatização, o novo espaço receberá ainda esse ano duas turmas de formação em Informática Básica de forma reduzida, respeitando os protocolos de segurança em relação à covid-19. A iniciativa contou com apoio da Imerys, mineradora que atua com caulim na região.



Robótica é destaque

O SESI Pará conta com uma nova equipe de robótica e a estreia do grupo foi um sucesso. A Ananintech é formada por alunos com idades entre 14 e 18 anos, da Escola SESI Ananindeua, e compete na categoria FTC (First Tech Challenge) do Festival SESI de Robótica. Na etapa nacional do evento, os estudantes disputaram com 35 equipes de todo o Brasil e ficou em 8º lugar no *ranking* geral de pontuação. A modalidade contribui para que os competidores desenvolvam habilidades como comunicação, resolução de conflitos, tomada de decisões e raciocínio lógico.

Atuação de Conselho é pautada nas relações trabalhistas

Vice-presidente executivo da FIEPA e representante da Federação no Conselho de Relações com o Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Nilson Azevedo explica nessa entrevista como é a atuação do Conselho e como têm sido os trabalhos do grupo na pandemia. Fala também da importância dos sindicatos para as empresas e o futuro do sindicalismo.

O que é o Conselho de Relações com o Trabalho da CNI e qual o objetivo?

A CNI tem vários conselhos, entre eles o de Relações com o Trabalho. Ele tem representatividade de todas as Federações das Indústrias do país, com a presença de técnicos, empresários e convidados de outras entidades, com cada um trazendo a sua vivência e história. O grupo atua de acordo com o que o governo está propondo, acompanhando a legislação trabalhista, suas modificações no Legislativo e propondo oportunidades de melhorias, além de provocar discussões benéficas à legislação tanto no Executivo, quanto no Legislativo. O Conselho fornece à diretoria da CNI as diretrizes básicas relacionadas à legislação trabalhista e atua ainda no que diz respeito às normas de saúde e segurança no trabalho, junto ao Ministério do Trabalho. A atuação do Conselho não é fácil, é totalmente dinâmica, mas tem cumprido seu papel.

Quais as principais linhas de atuação do Conselho frente à crise e à alta taxa de desemprego no país?

A legislação no Brasil é proibitiva: ao contratar um trabalhador, a empresa paga ao governo 105% do que vai pagar de salário a esse novo contratado. O custo é muito alto, então o Conselho visa simplificar a legislação para facilitar a contratação e gerar novos postos de trabalho. Um exemplo é o trabalho intermitente, uma novidade trazida pela pequena reforma da legislação trabalhista ocorrida há pouco tempo. A pandemia que estamos vivendo foi algo inesperado e o Conselho tem contribuído para facilitar a legislação, acompanhando as medidas do governo para aumentar a empregabilidade e evitar demissões em massa. No entanto, é importante ressaltar que a empregabilidade só aumenta com a melhoria da economia do país.

Nossa maior convicção é que vamos ter um mundo com mudanças nas relações de trabalho depois que

passar a pandemia, como por exemplo, o funcionário continuando a trabalhar de casa, uma novidade que já tinha sido implementada na Reforma Trabalhista e que foi amplamente utilizada neste período em que as pessoas tiveram que ficar em casa.

Com todas as mudanças no mundo do trabalho, especialmente no cenário pós pandemia, como o senhor vê o futuro do sindicalismo?

O sindicato nada mais é que uma associação, que não conta mais com a contribuição sindical obrigatória, então ele tem que procurar maneira de se autossustentar. Aquele sindicato que é realmente desenvolvido vai receber a contribuição das empresas de forma espontânea, não obrigatória. Com isso, diminui cada vez mais o número de sindicatos, porque só os que realmente são voltados para dar retorno para as empresas associadas irão sobreviver.

Diante disso, qual a importância dessa atuação dos sindicatos na defesa dos interesses das empresas?

A empresa pode achar que não precisa mais do sindicato e pode tentar fazer a negociação direta, mas sempre é bom permitir que o sindicato possa falar por ela, porque têm coisas que uma empresa não deve enfrentar sozinha. Ela deve se fortalecer sendo organizada coletivamente e se ela tem uma instituição sindical que pode falar por ela, que vai na frente, tem mais chances de obter êxito na negociação. ▮





ENTREVISTA

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS É O FOCO DO GOVERNO DO ESTADO

José Fernando Gomes Júnior

Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Mineração e Energia (SEDEME)

Com uma trajetória profissional voltada para a iniciativa privada, herança de seus avós e de seu pai, e com a experiência de presidente do Sindicato das Indústrias de Mineração do Pará (Simineral), José Fernando assume como secretário de Estado em uma área estratégica para o desenvolvimento do Pará e em meio aos desafios impostos pela pandemia do coronavírus. Neste bate-papo para a Revista Pará Industrial, o titular da SEDEME fala dos resultados de seus primeiros meses no Governo, dos desafios na pandemia, da atração de novos negócios e de investimentos em infraestrutura.

Em julho, você completou 100 dias de gestão à frente da SEDEME. Qual o balanço de ações para apresentar até agora?

Exato, nesse período foram mais de 1.000 horas de reuniões, encontros, debates, audiências, tomando decisões importantes para o Estado do Pará sob o comando do governador Helder Barbalho. Foram 734 audiências de trabalho, 149 indústrias incentivadas, R\$ 500 milhões liberados para fazer a economia reagir durante a pandemia da Covid-19 com o lançamento dos pacotes econômicos de financiamentos e auxílios. Estamos num processo de interiorização da SEDEME, procurando soluções para as necessidades de cada município. Visitamos mais de 20 municípios nos últimos três meses e vamos acelerar ainda mais o ritmo para levar desenvolvimento para todo o Estado.

A pandemia atingiu negativamente o desenvolvimento econômico do mundo inteiro. Quais as medidas tomadas para alavancar a economia do Pará neste período?

Com trabalho sério e competente de toda a equipe, o Pará recebeu uma injeção de R\$ 500 milhões em projetos econômicos que envolveram desde auxílios a trabalhadores autônomos até financiamento e empréstimos, por meio do Banpará, para estabelecimentos comerciais de diversos setores. O Fundo Esperança e o Programa Incentiva + Pará garantiram aporte financeiro para milhares de trabalhadores e empresários afetados por conta do *lockdown* e outras medidas restritivas.



Como funciona o “Projeto na Fábrica” e quais os benefícios dele para o setor produtivo do Pará?

Esse projeto foi criado primeiramente com o nome “Na Fábrica”, mas incluímos o “Caravana da Produção”, porque a SEDEME está com a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC), Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), SEBRAE Pará, todas as federações, como FIEPA, FAEPA e Fecomércio, além do Conselho Regional de Administração (CRA-PA), indo ao interior do estado para que possamos conversar com o setor produtivo e ouvir os seus anseios. Nas visitas, vamos à Prefeitura e à Câmara para mostrar as políticas de desenvolvimento do estado e atração de investimentos, além de informar que temos crédito com grandes bancos e maiores benefícios aos nossos produtores, que já contam com o crédito produtor da SEDEME. Levamos essas ações e assim ajudamos o setor produtivo a gerar emprego, renda e desenvolvimento nos quatro cantos do estado.

O senhor acompanhou o governador na reunião com o ministro Kassio Nunes Marques para tratar de questões relacionadas à taxa mineral. Qual sua avaliação da reunião?

Esse julgamento da taxa de recursos minerais no Supremo Tribunal Federal é o julgamento do presente e do futuro do Pará. O governador revogou o decreto do setor mineral que reduzia a taxa de 1 TFRM (Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários), que dá algo em torno de R\$ 3,00, para 3 TFRM, que aumenta para R\$ 11,00 por tonelada de minério. Para se ter uma ideia, o setor mineral pagava algo em torno de R\$ 540 milhões por ano. Só com essa tomada de decisão do nosso governo, este ano devem entrar nos cofres públicos do Pará mais de R\$ 2 bilhões.

Quando estivemos com o ministro Nunes Marques, o governador mostrou números. Para se ter uma ideia, qualquer trabalhador que



Vamos ter, em breve, uma fábrica de biodiesel em Tomé-Açu, novas empresas de pequeno e médio porte de mineração estão se instalando aqui, a tão sonhada verticalização estará acontecendo em Marabá."

compra uma cesta básica paga algo em torno de 3,6% em impostos. Todo setor mineral, ano passado, teve mais de R\$ 100 bilhões de faturamento, correspondeu a 0,56% de impostos, então é inaceitável essa situação e o ministro Nunes Marques se mostrou muito sensível a esse debate. O pior de tudo isso é que se essa taxa não for julgada condicional, toda a população paraense vai ter que devolver recursos para as empresas do setor mineral. É uma coisa inaceitável. Convoco e mobilizo toda a sociedade paraense para fazer parte dessa corrente de mobilização para que a manutenção da taxa seja validada no Supremo.

O Pará teve 13 municípios citados no ranking das 100 Melhores Cidades do Brasil Para Se Fazer Negócios. Qual cenário contribuiu para este ranking?

Para nós, foi motivo de muita alegria saber que o Pará teve tantos municípios citados no *ranking*. Barcarena foi o grande destaque, por toda a sua cadeia produtiva existente, e pela pujança do seu porto e seu Distrito Industrial.

Isso demonstra o dinamismo da economia e a boa gestão do Governo do Estado, construindo caminhos para que os investidores possam, com firmeza, apostar no desenvolvimento do Pará. Isso tem feito com que os empregos tenham se mantido no último ano, mesmo com a pandemia.

Quando uma empresa vem se instalar ou já está instalada e quer se modernizar, o Governo do Estado, via SEDEME, pode conceder até 90% de incentivo fiscal. Estamos dinamizando nosso trabalho para dar ainda mais celeridade no processo de instalação de novas empresas, ampliação de parques industriais e modernização da cadeia produtiva.

Como estão os trâmites para a implantação da tão sonhada Ferrovia Paraense?

A ferrovia é de fundamental importância, porque vai ter todo o escoamento de Bom Jesus do Tocantins até o porto de Vila do Conde, com transporte tanto para cargas quanto para passageiros. Os estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto de Meio Ambiente (EIA/Rima), realizados para o projeto de construção da Ferrovia Paraense, com o novo traçado de 515,02 quilômetros, foram entregues à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), para que se comece em 2022 as obras nos municí-

pios de Bom Jesus do Tocantins, Marabá e Barcarena, nas regiões Sudeste e Baixo Tocantins.

Existe um grande projeto de uma companhia de gás no Estado. O que teremos de novidades, em breve?

A Companhia de Gás já está criada com a expectativa de atender imediatamente a indústria e, em uma segunda etapa, os estabelecimentos comerciais, residenciais e as categorias de táxi e motoristas de aplicativo com este energético do Gás Natural (GNL), que tem diversas vantagens técnicas e ambientais em relação aos derivados de petróleo e carvão. Energia limpa, livre de poluentes, promovendo qualidade de vida, desenvolvimento, emprego e renda no Pará.

O Governo está apostando nas parcerias público-privadas, inclusive, para garantir a melhoria da infraestrutura de estradas como a PA-150. O que temos de projetos e novas possibilidades para a Alça Viária, por exemplo?

O trecho em questão da PA-150, Alça Viária, envolve 525,5 quilômetros de melhorias com a concessão para a iniciativa privada, que começa em Morada Nova, em Marabá, e segue até Vila do Conde, em Barcarena. O projeto foi orçado em R\$ 4,03 bilhões pela exploração da rodovia pela iniciativa privada por 30 anos. Há estimativa de que quase 3 mil empregos diretos sejam gerados e, com isso, a rodovia seja modernizada, qualificada e receba recursos tecnológicos nos padrões internacionais de mobilidade urbana e escoamento de produtos.¶

A POTÊNCIA LOGÍSTICA DO ARCO NORTE



Em um estudo concluído em 2019 pela consultoria Bain & Company, na próxima década, o Brasil poderá suprir 45% do aumento das importações mundiais de soja e milho, sendo que quase 60% dessa capacidade adicional sairá do país por portos da região Norte. No chamado Arco Norte, o Pará é o único estado que possui uma característica de intermodalidade para o desenvolvimento das operações de transporte, pois alcança os portos por vias rodoviárias, aquaviá-

rias, aeroviárias e, futuramente, com a Ferrogrão, também pela via ferroviária. Com isso, o estado será capaz de desenvolver plataformas de negócios para exportação e importação.

“Desde 2016, com a ampliação do Canal do Panamá, nós estamos muito mais próximos dos principais mercados globais consumidores de grãos, como o mercado asiático, do que os portos do eixo Sul e Sudeste. Por isso, houve essa ligação, por conta da geração de escala, da economia de custo de

frete, pelo posicionamento geográfico estratégico e pela infraestrutura natural de calados, que é a profundidade de cais para ancorar navios de grande porte no Arco Norte. O maior porto no Brasil e América Latina é o Porto de Santos, que tem um calado de 12,6 metros. Apesar das dificuldades que temos no Pará, estamos alcançando um calado de 14 metros, portanto, nós também saímos na frente nesse quesito”, explicou Alexandre Araújo, especialista em Logística, Navegação e Portos,



A logística privilegia preço, volume e depois o prazo. E dentro desse conceito, a logística é determinante para que o produto tenha um preço competitivo no mercado internacional e até no nacional.

presidente da Associação dos Profissionais de Logística da Amazônia e diretor executivo do Movimento Pró-Logística do Pará.

Segundo Alexandre, o grande potencial da região Norte é o modal aquaviário. “O advento do uso das hidrovias possui um efeito multiplicador para a economia do Pará e municípios bases dos corredores aquaviários, causando um efeito exponencial. A indústria naval também é uma das responsáveis pelo aumento dessa economia. Com a multiplicação de transportes como barcas e empurradores, atrairíamos novos investimentos e estaleiros para a construção desses transportes. Para cada emprego gerado na indústria naval, são gerados mais cinco empregos indiretos”, afirmou Alexandre.

De acordo com o diretor executivo da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica, Flávio Acatauassú, a logística privilegia preço, volume e depois o prazo. E dentro desse conceito, a logística é determinante para que o produto tenha um preço competitivo no mercado internacional e até no nacional. “Você precisa encontrar o caminho menos dispendioso. E esse caminho feito por dentro d’água, seja pelas hidrovias, seja pelas navegações de longo curso, é o mais barato. O que fez as pessoas começarem a vislumbrar a possibilidade de escoamento pelos portos da Amazônia, lá em 2010, é pelo fato de grande parte dessa logística ser por navegação interior”, relatou.

De acordo com Flávio, a navegação interior é mais barata que a rodoviária, pois ela tem a capacidade de transportar um maior volume de cargas com os mesmos custos. “Um caminhão leva no máximo 25 toneladas de soja, um comboio leva 50 mil toneladas. Ou seja, em um único comboio, são levadas quase 2 mil carretas. Além disso, nesse transporte haverá o mesmo número de pessoas envolvidas se fosse para um caminhão. A quantidade de combustível que será usada, cerca de uma tonelada por quilômetro, vai ser duas mil vezes mais barata do que o transporte de 50 mil toneladas por via rodoviária. Cada vez que você tem em sua logística o modal hidroviário, seu custo com transporte despenca”, disse o diretor.



A CADA
EMPREGO NA
INDÚSTRIA
NAVAL

CINCO
EMPREGOS
INDIRETOS
CRIADOS

SUPERANDO DESAFIOS

Apesar do grande potencial que a região oferece, entre as maiores dificuldades está o processo de licenciamento ambiental para empreendimentos que precisam executar intervenções, como construções de portos privativos ou públicos. Neste ponto, os especialistas concordam que os processos deveriam ocorrer de forma mais acelerada, com uma moder-

nização na legislação, pois quanto maior for o tempo de espera pela liberação, maior o impacto negativo no crescimento da exportação.

“O Pará é o estado que vai ser a solução logística nacional. A logística do que eu chamo Arco Amazônico é fundamental para o crescimento do Brasil. Os gargalos estão aí para serem resolvidos e enfrentados. Nossas hidrovias desaguam na maior hidrovia do mundo, que é natural. Não há hidrovia mais bem-feita que o Rio Amazonas. Só o fato da rodovia BR-163 ter sido asfaltada já reduziu o frete em todo

o país. A nossa produção agrícola é mais barata do que a americana, mas quando a gente emprega um sistema de logística ruim, nossos produtos chegam mais caros à China do que o americano. Com uma logística boa, as hidrovias e estradas funcionando, nosso produto chega muito mais barato. Esse aperfeiçoamento da logística não é bom só para o Pará, mas é excepcional para todo o Brasil”, declarou José Maria Mendonça, vice-presidente da FIEPA e presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da FIEPA.



TRANSPORTES BERTOLINI

Fundada por Irani Bertolini, quando era motorista autônomo de caminhão, a Transportes Bertolini Ltda. chegou ao Pará em 1978, quando se especializou em transporte para a Amazônia, após Irani transportar uma carga do Rio Grande do Sul para Manaus. O fundador aproveitou a estadia na cidade e, ao visitar o comércio local, ofereceu aos comerciantes transportar móveis e entregar em suas portas, ação que era muito difícil no município na época. Iniciando apenas com o transporte de cargas por rodovias, nos anos 80 a empresa também aderiu ao transporte hidroviário e hoje opera com atividade pecuária, possuindo propriedades em Paragominas, Santo Antônio do Tauá e Inhangapi, atuando com criação, criação e engorda de bovinos.

“A logística na região Norte ainda é muito difícil. Temos, por exemplo, localidades no sul do Pará que ficam muito distantes umas das outras e estradas muito complicadas. Ainda assim, é uma terra com muitas possibilidades. A Bertolini permanece investindo. O Pará é o estado onde a nossa empresa tem o maior número de filiais e onde temos feito os maiores investimentos, não somente em transportes”, relatou Daniel Bertolini, diretor da empresa.

Com o crescimento da Transportes Bertolini, nos anos 80 foram adquiridas as primeiras embarcações. “Dependíamos de outras companhias para atravessar até Manaus e achávamos que o serviço poderia ser melhor, mas não podíamos oferecer por depender dessas outras companhias. Então, compramos os primeiros barcos



A logística na região Norte ainda é muito difícil. Temos, por exemplo, localidades no sul do Pará que ficam muito distantes umas das outras e estradas muito complicadas. Ainda assim, é uma terra com muitas possibilidades.”

Daniel Bertolini, diretor da empresa Bertolini

e balsas. Com a região sempre em crescimento, fomos acompanhando e fazendo investimentos cada vez maiores. A Bertolini tem hoje 290 embarcações navegando na Bacia Amazônica, empregando diretamente, só no Pará, 1.200 pessoas”, completou Daniel. ¶

Verticalização mineral no Pará

O minério é um recurso natural com algumas características próprias, como não ser renovável, possuir safra única e localização rígida; ter pouca distribuição geográfica; ser extraído, de um modo geral, próximo ao seu local de ocorrência; sua exploração ser de risco elevado e exigir alto investimento em capital; além de possuir retorno demorado.

Assim, projetos ligados à mineração, dentre eles os da Região Amazônica, têm marcado presença sistemática, pois grande parte deles se insere em locais com baixo poder aquisitivo, refletindo-se em reduzidos níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para suprir essas carências, há necessidade de ser desenvolvida a sustentabilidade desses empreendimentos, buscando sua interação nas comunidades de seus entornos.

Há um leque muito grande de questões sociais ao longo da cadeia produtiva da indústria mineral e nas suas relações com os sites produtivos. Os efeitos da mineração para a sociedade têm bastante peso, exigindo que se crie uma tríplice licença: licença de título minerário, licença ambiental e licença social. A última delas ainda por construir, portanto, reque-rendo, assim, processos de consulta, participação e um sólido diálogo empresa-governo-comunidade local, sem os quais o empreendimento mineral estará fadado ao fracasso, haja vista que a operação de um empreendimento de base mineral irá, necessariamente, exaurir o capital natural formado pela jazida.

Por outro lado, o futuro de qualquer região com vocação mineira passa pela mineração industrial, refletindo em geração de novos e bons projetos, cujo foco é sempre perseguido por todos envolvidos no fomento do setor. No caso específico da Amazônia, por ser região de fronteira, com largos desafios, há necessidade de sintonia com os cenários desenhados para o mercado de *commodities*, refletindo-se em flutuações no panorama mundial, atingidas por crises que afetam a economia global.

A indústria mineral, ao longo do tempo, possui relação direta com a evolução da humanidade, haja vista que o dia a dia da sociedade tem quase tudo a ver com os minerais, ou seus produtos de transformação.

A evolução da vida evidencia muito bem essa assertiva em processo constante. Com o tempo, o ser humano passou a fabricar vasilhas de barro, usadas para guardar comida e água, flechas e facas de pedra. Assim, o homem viveu as idades da pedra lascada e da pedra polida até que, alguns milhares de anos depois de dominar o fogo, fez uma nova e importante descoberta: o metal. O processo para obtê-lo deveu-se ao momento em que se aqueceram substâncias que ocorriam na superfície da Terra e utilizá-las como

substitutas para a pedra na fabricação de armas e objetos cortantes, assim como a produção de uma série de outros objetos de usos variados, inclusive adornos (brincos, colares, pulseiras etc.). Esse fato marcou a chegada do homem à idade dos metais.

Como a população mundial sempre está em crescimento, cada vez mais depende-se dos minérios e seus produtos de transformação para o dia a dia de todos. E essa demanda faz com que seja necessário levar em conta a urbanização humana, com ênfase ao fenômeno na China, pois ao se ter o crescimento da população nas cidades, quer grandes, médias ou pequenas, o consumo de mais minérios e seus produtos de transformação vai ser maior. E esse é um fenômeno cada vez mais marcante!

O processo da verticalização de qualquer minério implica em transformá-lo de sua forma *in natura* para um novo produto, agregando valor, logicamente,



**ALBERTO
ROGÉRIO
BENEDITO
DA SILVA**

Geólogo

incluindo mais emprego, tributos e tornando sua região em lócus de maior importância econômica.

Este processo implica em alguns fatores, sendo o primeiro deles dispor de matéria-prima – minério –, os outros passam pela vontade política, infraestrutura, além de atrativos fiscais e creditícios. No caso específico do Pará, há uma vocação mineral ímpar, inclusive já internalizando vários grandes projetos, dentre eles o minério de ferro de Carajás.

A infraestrutura tem evoluído, principalmente no eixo Carajás-Barcarena, com bastante energia disponível, o que, de certa maneira, incentiva novos projetos, incluindo nessa rota a verticalização, haja vista que nossos minérios são eletrointensivos, como por exemplo o cobre, o silício metálico e o alumínio.

Deve-se considerar, todavia, o preço das *commodities* que está bastante aquecido. Por exemplo, o minério de ferro está hoje cotado em torno de US\$ 200 a tonelada; quando o Projeto Carajás foi implantado, seu preço era da ordem de US\$ 20. O preço atual da tonelada do cobre em torno de US\$ 10 mil; o do alumínio em torno de US\$ 2.500; o do níquel, US\$ 17.800; e o do estanho a US\$ 33.400.

Porém, uma coisa precisa ser bem esclarecida, o perfil do comércio brasileiro é de mercado exportador, cujas principais lideranças são minérios, produtos agrícolas, petróleo e proteína animal.

Resgatando-se os dez principais países produtores de aço tem-se: China, Japão, Índia, Estados Unidos, Rússia, Coreia do Sul, Alemanha, Ucrânia, Brasil e Turquia. Deles, grande parte nem possui sua base econômica no minério, entretanto, dispõe de boa logística e mercado eficiente.

No Brasil, as principais unidades produtivas desse segmento econômico estão no eixo Minas-Rio-São Paulo, onde há mercado consumidor dinâmico. E dentre os três estados, somente Minas Gerais detém base mineral significativa.

Há de se considerar, ainda, que o melhor modelo para esse segmento econômico destinado ao exterior, como é o caso do Pará, já que nosso mercado interno é incipiente, são plantas localizadas próximas aos portos. E por esse motivo uma aciaria em Marabá vai contra os princípios dos ditames econômicos, haja vista que, como já frisado, não há demanda forte de mercado interno e o transporte terrestre de placas é muito sensível às trepidações.

Dessa forma, o melhor caminho para o mercado seria continuar seguindo sua vocação de exportar

minérios, a exemplo do modelo australiano, cuja balança comercial para o exterior soma US\$ 273 bilhões, com a base mineral respondendo por um quarto do total. As exportações minerais brasileiras, com US\$ 37 bilhões, têm no minério de ferro US\$ 22 bilhões, representando 60% do total.

No Pará, a verticalização do segmento bauxita-alumina-alumínio tem suas plantas localizadas, uma em Oriximiná (Porto Trombetas), sendo o minério transportado via fluvial; e outra, em Paragominas, cuja matéria-prima vem por meio de um mineroduto. Barcarena possui o porto que completa a logística do alumínio paraense.¶

O PROCESSO DA VERTICALIZAÇÃO DE QUALQUER MINÉRIO IMPLICA EM TRANSFORMÁ-LO DE SUA FORMA IN NATURA PARA UM NOVO PRODUTO, AGREGANDO VALOR, LOGICAMENTE, INCLUINDO MAIS EMPREGO, TRIBUTOS E TORNANDO SUA REGIÃO EM LÓCUS DE MAIOR IMPORTÂNCIA ECONÔMICA.



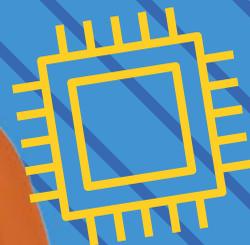
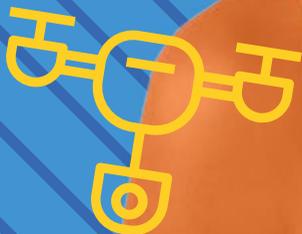
PRESENCIAL



SEMPRESENCIAL



EAD



CURSOS SENAI

PREPARE-SE PARA AS
OPORTUNIDADES DO
PRESENTE E DO FUTURO.

MATRICULE-SE EM
LOJA.MUNDOSENAI.COM.BR/PA

SENAI

PELO FUTURO DO TRABALHO

f @ /SENAIPARÁ

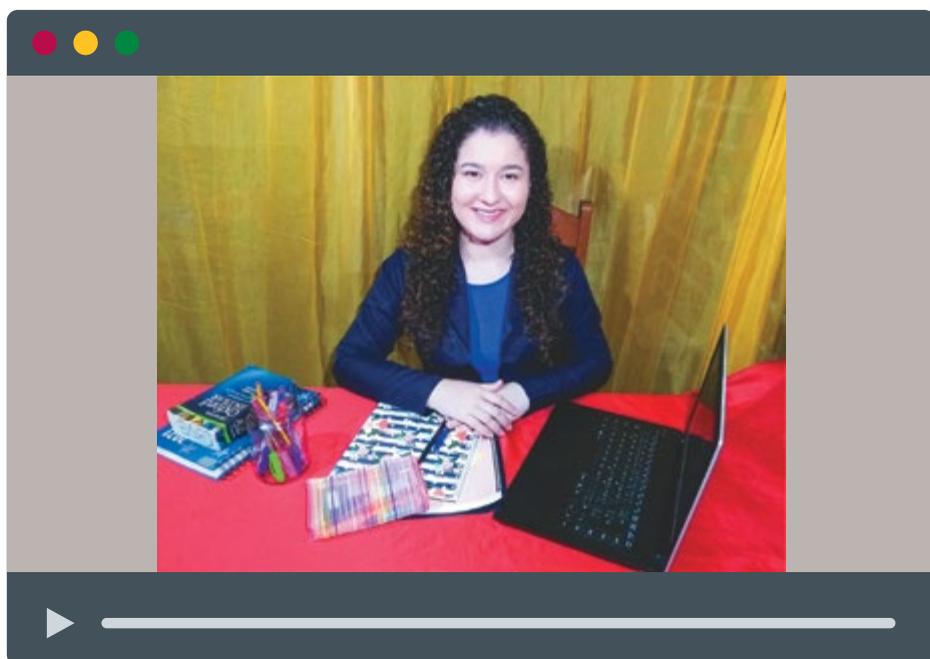


Cursos EAD têm alta procura na pandemia

Clarissa Belo organizou em casa um cantinho especial que ela chama de sua sala de aula. E para montar essa estrutura escolar ela precisou apenas de uma mesa, uma cadeira e um notebook, além de itens adicionais como um caderno, livros e um estojo com canetas. Isso é tudo que a jovem de 21 anos precisa para fazer seus cursos a distância (EAD), modalidade de ensino que escolheu no final do ano passado e que já lhe garantiu um lugar no mercado de trabalho.

Estudo realizado pela Sagah, empresa especializada em conteúdo e tecnologia para EAD, prevê que, em 2023, já haverá mais alunos matriculados em cursos a distância do que em presenciais. Com a pandemia do novo coronavírus e as medidas de isolamento social, a demanda por especializações online cresceu ainda mais. Levantamento do Google, de abril de 2020, mostrou que a procura por cursos a distância teve um salto de 130% nas buscas em relação ao ano anterior.

Foi justamente durante a pandemia que a Clarissa fez seu primeiro curso EAD, o de Assistente de Recursos Humanos pelo SENAI



Depois de fazer o curso no SENAI, gostei muito e vi que o nível de aprendizado é o mesmo do presencial. Se existia alguma desconfiança da qualidade de um ensino a distância, foi totalmente superada"
 Clarissa Belo, estudante de EAD

Pará. Na época, como não trabalhava, tinha tempo de sobra para estudar e, mesmo assim, criou uma rotina bem definida para manter o foco. "Eu me autodisciplinei, separei um cantinho, acordava cedo e separava as horas de estudo como se eu estivesse em uma faculdade presencial, como se fosse assinar frequência", diz a jovem, que logo depois de garantir o certificado conseguiu emprego em uma instituição de educação a distância.



Clarissa iniciou recentemente um curso de graduação em Letras e escolheu a modalidade EAD. “Agora chego em casa, janto e vou direto estudar”, conta a estudante, que, antes desconfiada, agora é uma entusiasta do ensino a distância. “Depois de fazer o curso no SENAI, gostei muito e vi que o nível de aprendizado é o mesmo do presencial. Se existia alguma desconfiança da qualidade de um ensino a distância, foi totalmente superada”, comenta Clarissa.

MOTIVAÇÕES E PÚBLICOS VARIADOS

Apesar da flexibilidade de poder estudar em horários alternativos ainda ser um dos fatores que mais motivam as pessoas a se matricularem em um curso EAD, outros pontos são bastante considerados nessa escolha. A ideia de ser uma proposta inovadora, econômica e que investe em comodidade também tem atraído muita gente para estudar na frente do computador, smartphone ou tablet.

Valéria Tavares, especialista em EAD e coordenadora do Núcleo de Educação a Distância do SENAI Pará (NEAD), considera que a melhora da qualidade e aumento de opções dos cursos ofertados também têm atraído as pessoas para essa modalidade de ensino. “Acredito que a questão tempo continua sendo importante, mas associada a fatores como custo-benefício, ensino personalizado, profissionais mais preparados para atender essa nova demanda, a expansão do acesso à internet por meio de dispositivos móveis e ofertas diversificadas para diferentes públicos contribuem para a escolha de um curso a distância”, pontua a especialista.

Segundo pesquisas recentes realizadas pelo SENAI Departamento Nacional, os cursos EAD já alcançam pessoas de todas as idades, com interesses variando de acordo com o momento profissional. A busca por cursos profissionalizantes, na modalidade a distância ou híbrida, tem a pre-



A EAD promove a cultura digital aos integrantes da comunidade escolar em geral, permite maior interação em tempo síncrono e assíncrono com tutor, monitor e colegas de turma e estimula o desenvolvimento de habilidades em meio digital”

Valéria Tavares, Coordenadora do Núcleo de EAD do SENAI Pará.

dominância de jovens entre 16 a 19 anos, nativos digitais, em busca do primeiro emprego. Em seguida, vem homens com média de 31 anos que desejam crescer profissionalmente. Em terceiro estão mulheres com média de idade de 51 anos que querem fazer a segunda graduação. Homens de mais de 60 anos que estavam fora do mercado e desejam se qualificar para tentar uma recolocação no mercado de trabalho também buscam bastante por cursos a distância.

A especialista do SENAI acredita que a popularização do ensino a distância beneficia o acesso à educação de um modo geral, dando oportunidade para quem não pode ir até uma instituição física de ensino. “Além disso, a EAD promove a cultura digital aos integrantes da comunidade escolar em geral, permite maior interação em tempo síncrono e assíncrono com tutor, monitor e colegas de turma e estimula o desenvolvimento de habilidades em meio digital”, destaca.

CURSOS EAD PROFSSIONALIZANTES DO SENAI NA PANDEMIA



+80%

**DE AUMENTO NAS
MATRÍCULAS EM
2020 NO BRASIL**

+75%

**DE AUMENTO NAS
MATRÍCULAS NOS 5
PRIMEIROS MESES
DE 2021 NO PARÁ**

**JOVENS DE 16
A 19 ANOS QUE
BUSCAM O 1º
EMPREGO SÃO
O PRINCIPAL
PÚBLICO**

O SENAI no Brasil aumentou em mais de 80% o número de matrículas em cursos EAD em 2020, comparado com o ano anterior. Nos primeiros cinco meses desse ano, o SENAI Pará teve uma procura 75% maior do que de janeiro a maio de 2020. Para atender a demanda, a instituição migrou e adaptou diversos cursos que existiam apenas no presencial, motivado, também, pela impossibilidade das aulas presenciais em alguns meses por causa da pandemia.

A transição para a EAD vem acontecendo de maneira natural no SENAI desde 2017, mais efetivamente, quando a instituição começou a treinar seus instrutores e utilizar importantes ferramentas educacionais de ensino a distância como o Google for Education, Estante Virtual de Livros Didáticos, simuladores, aplicativos de realidade aumentada, entre outros. Valéria explica que apesar dos cursos do SENAI priorizarem a prática, é possível aprender a distância com a mesma qualidade do presencial.

“Os cursos profissionalizantes híbridos do SENAI variam entre 70% e 80% de teoria e 20% a 30% de prática. Nos cursos técnicos em áreas como gestão, logística e tecnologia da informação e comunicação não há perdas pedagógicas, quando realizados 100% na modalidade a distância. Para as áreas tecnológicas de energia e mecânica, entre outras, a prática presencial em laboratório é necessária e deve acontecer, mas é preciso esclarecer que prática não significa somente atividades presenciais, também podem ser realizadas com simuladores, com realidade virtual e realidade aumentada, recursos que dão possibilidade de conhecer, experimentar, visualizar sistemas, circuitos e programas antes de praticar nos equipamentos”, explica.

Eduardo Júnior, 22 anos, fez o curso EAD de Sistemas Mecânicos Automotivos no SENAI. Marítimo, ele escolheu essa modalidade pela flexibilidade de tempo. Apesar de ser uma qualificação que requer muito a “mão na massa”, ele se

diz satisfeito com o aprendizado e pronto para aplicar os conhecimentos na sua área de atuação. “Apesar do curso ser direcionado aos automóveis, os motores dos navios seguem basicamente os mesmos princípios e estruturas. Eu sempre achei interessante essa modalidade, funciona muito bem, e a experiência que tive com este curso reforça isso”, comenta Eduardo.

Atualmente, o SENAI Pará oferta mais de 150 opções de cursos a distância, da iniciação profissional ao técnico, em diversas áreas do conhecimento. As inscrições são pelo site loja.mundosenai.com.br/pa, plataforma pela qual, em 2020, o SENAI local liderou o número de inscritos em cursos gratuitos, pagos, presenciais e a distância entre as unidades da instituição em todo o Brasil. “Nossos indicadores mostram que o paraense já confia em cursos a distância e a tendência é que a escolha pela EAD continue crescendo mesmo depois da pandemia”, conclui Valéria Tavares. ▮

RH 4.0 – o desafio de ser humano em um mundo digital

Em um mundo cada vez mais incompreensível, ansioso, frágil e não linear o RH defronta-se com a urgência de ser digital e humano, tudo ao mesmo tempo.

Com a pandemia, o RH precisou caminhar mais rápido, encontrar o caminho que aproximava as pessoas, em um cenário de afastamento e isolamento.

Nos encontramos em um “pisar de olhos”, apoiando organizações e pessoas, acolhendo, ouvindo, vendo emergir a fragilidade humana e presenciamos o nascimento de uma dinâmica individual e de grupo totalmente inédita.

E assim estamos até os dias de hoje, com desafios como: ser humano em uma era digital, conectar pessoas através de meios novos e transformar um cenário de caos em experiência positiva.

Posso afirmar que o RH 4.0, ou seja, a nova era do setor de Recursos Humanos, evoluiu intensamente nos últimos meses. Com a preocupação de gerir nossos processos com mais êxito, mudamos nossa mentalidade e nos aliamos à tecnologia, automatizamos tarefas e otimizamos a gestão de forma estratégica para o negócio, liberando os nossos colaboradores para cuidarem de pessoas.

Ser digital e humano, desafio este que sempre foi o maior “ponto de interrogação” da área de Recursos Humanos, de repente, tornou-se viável e real e por que não dizer uma grata surpresa?

O papel de RH nas empresas está deixando de ser um ente burocrático e passou a ser o de apoiador na transformação digital, convertendo a cultura organizacional em uma cultura de inovação e facilitando a internalização da importância da evolução tecnológica para a sustentabilidade dos negócios.

Processos como recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, grupos focais e reuniões foram calibrados e ajustados a uma realidade mais moderna e acessível (plataformas para reunir pessoas nunca foram tão utilizadas, treinamentos virtuais e processos seletivos on-line).

Pessoas passam a ficar no centro das ações, sendo desenvolvidas e recrutadas para acompanhar as

empresas na expansão de mercado e antenadas no que está por vir.

Pessoas, processos, estratégia, tecnologia, redução de burocracia, automatização de processos, redução de trabalho repetitivo, otimização da comunicação empresarial não são apenas pilares do RH 4.0, mas também podem ser considerados como os grandes ganhos para uma área que sempre esteve muito absorvida por atividades rotineiras.



**SHIRLEY
GOUVEIA**

Psicóloga e gerente
executiva de Gestão de
Pessoas SESI/SENAI

Você pode me dizer que toda essa mudança não é fácil... e não é... mas a experiência é imensamente positiva, posso afirmar com muita segurança.

Ver o RH como área de desenvolvimento de pessoas, aliada à tecnologia, torna as empresas mais atrativas a profissionais mais engajados na evolução dos negócios. Aliás, nesta nova era, os profissionais escolhem as empresas e não o contrário. Empresas alinhadas com o futuro possuem maior

probabilidade de reter e atrair talentos.

E a liderança, como fica? A liderança passa a ser o referencial, o exemplo de engajamento e realização que torna o time seguro por sua presença e posicionamento assertivo e aderente ao que é esperado em termos de resultados e dedicação. A liderança deixa de ser o poder “por si” e torna-se transformadora a partir de ações e posturas alinhadas com o que a empresa tem como referência de meta a ser alcançada e empatia com a figura humana.

O RH 4.0 não é exclusivo de grandes empresas, ele pode ser desenvolvido em qualquer negócio, desde que respeitando o fluxo de evolução de cada empreendimento. Há no mercado plataformas para todos os tamanhos de empresa e necessidade.

O RH 4.0 é para todos! É evolução e protagonismo em um mercado moderno, tecnologicamente efervescente e humanamente próximo. ¶

Soft skills: diferencial para empresas e profissionais

Sabe aquela facilidade que alguns de nós têm para trabalhar em equipe, compreender e lidar com outras pessoas ou aquele jeito especial para resolver problemas? Pois é, essas características pessoais são, na verdade, algumas das habilidades comportamentais mais valorizadas pelas áreas de recursos humanos do mundo corporativo. São as chamadas soft skills, termo em inglês que define as competências subjetivas das pessoas, muitas vezes difíceis de serem avaliadas ou mensuradas, mas que representam um diferencial competitivo importante tanto para quem busca colocação ou ascensão profissional, quanto para as empresas que precisam estar atentas na seleção e desenvolvimento de suas equipes.

O Relatório Futuro do Emprego, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial no final de 2020, constatou que a COVID-19 fez com que o mercado de trabalho mudasse mais rápido que o esperado e o que costumava ser considerado o "futuro do trabalho" já chegou. Segundo o estudo, até 2025, quando empregadores dividirão o



A analista de Recursos Humanos do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Pará), Nayana Silva, avalia que essas exigências tornaram o mercado de trabalho ainda mais seletivo, impondo novas posturas dentro das organizações. “Hoje, os principais fatores de demissão estão relacionados a problemas no desenvolvimento de habilidades como liderança, adaptação, flexibilidade, comunicação, resolução de conflitos, negociação. Por isso, quem quiser se manter no mercado, precisa ficar atento a estas novas exigências”.



A contadora Fernanda Bahia de Lima, que inicia sua jornada profissional como colaboradora na Equatorial Energia Pará, acredita que é necessário entender o cenário para conseguir acompanhar os novos padrões das empresas. “É necessário estudar o mercado para identificar onde e como eu, profissional em busca de oportunidades, posso fazer a diferença. No meu caso busquei literalmente recomeçar cursando uma nova graduação, o que exigiu de mim primeiramente coragem e muita determinação”, explica.

trabalho entre humanos e máquinas igualmente, a demanda para papéis que aproveitam as habilidades humanas deverá aumentar. Para os seres humanos serão designadas tarefas que incluem gerenciamento, aconselhamento, tomada de decisões, raciocínio, comunicação e interação. Nesse contexto, os negócios mais competitivos serão os que investiram pesadamente em seu capital humano – as habilidades e competências de seus funcionários.

Ao selecionar novos colaboradores ou definir promoções, a Ocrim Produtos Alimentícios valoriza as competências socioemocionais, levando em consideração desde o relacionamento interpessoal até a gestão de tempo dos candidatos. Eliane Dall Bello, coordenadora de recursos humanos na Ocrim, filial Belém, afirma



que “soft skills fortes garantem um ambiente de trabalho produtivo, colaborativo e saudável, sendo muito importantes para as organizações que desejam sobreviver em um mundo cada vez mais competitivo. Além disso, colaboram para um bom relacionamento entre os profissionais, equipe e outros públicos da empresa, influenciando a estrutura e qualidade do trabalho realizado”.



Soft skills fortes garantem um ambiente de trabalho produtivo, colaborativo e saudável, sendo muito importantes para as organizações que desejam sobreviver em um mundo cada vez mais competitivo.”

Eliane Dall Bello,
Coordenadora de
RH na Ocrim.



Francisca Santos (foto), da Brilux, conta que a empresa investe no desenvolvimento de soft skills para colaboradores da unidade do Pará. Uma das ferramentas são as trilhas de conhecimento.

É POSSÍVEL DESENVOLVER SOFT SKILLS?

De acordo com o Relatório Futuro do Emprego, que ouviu líderes empresariais seniores de cerca de 300 empresas globais, que empregam coletivamente 8 milhões de pessoas, para que os trabalhadores permaneçam em seus cargos nos próximos cinco anos, cerca de 50% precisarão de requalificação para suas habilidades principais. “Todo processo de desenvolvimento e crescimento exige autoconhecimento e estudo. Conhecer o próprio protagonismo profissional, pontos positivos mais relevantes e pontos a serem desenvolvidos, saber receber feedback, estar atento a possíveis erros no relacionamento interpessoal e ter humildade para repará-los, são características que tornam possível o desenvolvimento das soft skills”, explica Nayana.

Para o superintendente do IEL Pará, Carlos Auad, neste sentido também é importante buscar

aperfeiçoamento e qualificação. “Aqui no IEL, em nossa área de educação executiva, sempre estamos atentos para atender as novas demandas do mercado, trazendo para nossos cursos conteúdos e dinâmicas que priorizem o desenvolvimento de habilidades emocionais e ampliação da capacidade de gestão desses profissionais”.

A empresa Brilux, por exemplo, investe em ferramentas para entender as necessidades de capacitação e formatar trilhas de desenvolvimento para seus colaboradores. “Dessa forma, podemos enxergar qual o desafio desse colaborador e o que ele deve desenvolver. Nossa plataforma contém também trilhas que impulsionam o protagonismo, incentivam a leitura e a compartilhar os conhecimentos em fóruns de discussão”, explica Francisca Santos, assistente de Recursos Humanos da empresa. ¶

SOFT SKILLS & HARD SKILLS

Diferentemente das hard skills, que são as habilidades técnicas específicas de determinada área profissional, adquiridas por meio de cursos e práticas, as soft skills são caracterizadas pela capacidade de se comunicar bem, de ter empatia e respeito pelas pessoas, de ser colaborativo, ter resiliência, criatividade, liderança e responsabilidade. Na prática, quando habilidades comportamentais e emocionais complementam as habilidades técnicas, a empresa passa a contar com um ativo valioso, de uma equipe pronta para lidar com as transformações do mercado e buscar resultados alinhados às estratégias do negócio.

Em busca do ouro negro no Norte e Nordeste

Há aproximadamente 200 milhões de anos, existia apenas um só continente na superfície terrestre, denominado Pangeia. Posteriormente, grandes áreas descolaram-se devido à movimentação das placas tectônicas, originando os continentes conhecidos hoje. A costa ocidental da África ficou com uma mistura complexa de compostos orgânicos gerada por fatores como a decomposição lenta de pequenos animais marinhos que foram soterrados em um ambiente com pouco oxigênio. Em outros termos, essa costa ficou rica em petróleo e gás natural e hoje o continente africano possui 10% das reservas mundiais de petróleo e 8% das de gás natural.

Onde entra o Brasil nessa história? É que, há milhões de anos a costa do Norte e Nordeste do Brasil estava bem ali, junto da África, com um potencial tão grande, se não maior para a produção de petróleo e gás natural.

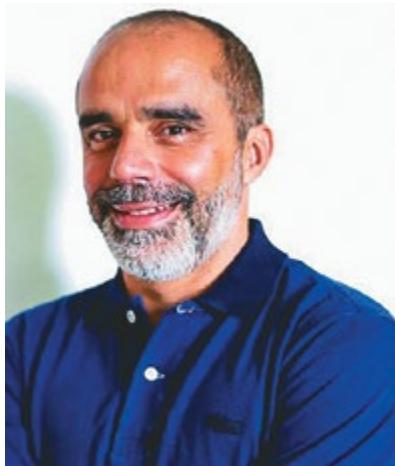
“A Bacia Pará-Maranhão tem enorme potencial e pode ser um eixo de desenvolvimento ambientalmente correto para os três estados. O que falta? Aumentar os estudos relacionados à zona que vai do Ceará até a Bacia do Marajó, e que tem registro de petróleo. Precisamos nos aprofundar nisso”, explica Estanislau Luczynski, geó-

logo, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Estimam-se que existem 10 prospectos na ordem de 20 a 30 bilhões de barris de óleo no local. “Isso significa cerca da metade dos recursos descobertos até hoje no Pré-Sal. Esta é a bacia mais promissora da Margem Equatorial e onde a exploração e a produção poderiam acontecer da maneira mais rápida possível”, destaca o professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Allan Kardec Filho.

O potencial exploratório estimulou a empresa de aquisição de dados geofísicos TGS a adquirir dados sísmicos na Margem Equatorial Brasileira. Para o gerente da TGS do Brasil, João Correia, a previsão feita pelo Governo Federal de que a produção de petróleo nacional pode alcançar 6 milhões de barris diários em 2050 só pode ocorrer se passar pela Margem Equatorial. “Foi realizado um investimento de meio bilhão de dólares em um levantamento de dados físicos que





Para Allan Kardec Filho, professor da (UFMA), a Bacia Pará-Maranhão tem potencial de até 30 bilhões de barris de óleo, o que corresponde a metade dos recursos descobertos no Pré-Sal.

mostraram diversas situações geológicas muito interessantes com alto potencial na região. Para chegar neste número previsto pelo Governo, as reservas que temos hoje não são suficientes. A única fronteira que tem potencial de cumprir esse objetivo é a Margem Equatorial”, comenta.

Mais do que isso, outras questões e previsões do Governo Federal dependem do desenvolvimento desta bacia e das pesquisas na região. “O texto da Medida Provisória 1031/21, da privatização da Petrobrás, indica que Norte e Nordeste precisarão de térmicas a gás natural. Além de construir toda a estrutura de gasodutos, será necessário desenvolver os potenciais recursos de gás natural nas regiões”, reforça Luczynski.

UM OLHAR PARA O FUTURO

Hoje, existe um movimento global para a redução da utilização de combustíveis fósseis, o que é possível, desde que se consiga fazer uma transição da fósil para uma energia mais limpa, como a solar. “O gás natural é menos poluente do que o petróleo e pode ser matéria-prima para a indústria de fertilizantes, por exemplo, atraindo outras indústrias. Nós vamos sim reduzir emissões, entretanto, ainda precisamos passar por essa transição”, é o que pontua Estanislau Luczynski, referindo-se ao Acordo de Paris, compromisso mundial que prevê metas para a redução da emissão de gases do efeito estufa.

O Pará é um estado minerador que, constantemente, busca a verticalização da produção. Para isso, é necessário disponibilizar energia. A exploração de petróleo e gás natural na Bacia Pará-Maranhão deve melhorar o desempenho industrial do Estado e arrecadar mais impostos. Ao invés de exportar apenas o minério de ferro, seria possível exportar aço, por exemplo. A energia elétrica seria deslocada para outros setores, atraindo novos investimentos industriais.

“A indústria de transformação mineral pode rodar com energia elétrica, mas funcionaria melhor com gás natural devido ao uso intensivo e a geração elevada de calor. Explorando o combustível que há na Margem Equatorial, indústrias como as de bebida, vidros especiais, entre outras, seriam atraídas para cá”, comenta Luczynski.

“

Explorando o combustível que há na Margem Equatorial, indústrias como as de bebida, vidros especiais, entre outras, seriam atraídas pra cá”

Estanislau Luczynski, geólogo, professor da UFPA.



João Corrêa



Cassandra Lobato



Fernando Renner

MEIO AMBIENTE E A REDE AMAZÔNIA AZUL

O que ainda precisa ser levado em consideração para esta exploração acontecer? Sem dúvida, as questões sociais e ambientais na Amazônia. Para haver a exploração, é preciso autorização do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia. O Ministério do Meio Ambiente, que também integra o conselho, fez observações sobre a realidade local, levantando questões sobre ausência de dados na região.

“Entra aí a Rede de Pesquisa Amazônia Azul, que objetiva realizar uma mobilização científica multidisciplinar, para tratar do tema. Já fomos recebidos por vários órgãos do governo e empresariado e todos consideram importante realizar o debate acadêmico, científico, sem ideologias”, pontua Allan Kardec, que em junho esteve em Brasília reunindo com o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME) para apresentar a rede. “Queremos dialogar. Nosso objetivo não é o enfrentamento, mas promover o debate”, conclui.

Para isso, é fundamental a participação de representantes do setor

produtivo da região, Governo do Estado, acadêmicos e demais instituições interessadas no tema, além da parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará (Sedeme) e a participação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).

Tendo isso em vista, a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), por meio dos seus Conselhos Temáticos de Infraestrutura e de Meio Ambiente, e a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) promoveram, em junho, uma reunião para estabelecer um grupo de trabalho (GT) buscando ampliar e aprimorar debates sobre as reservas localizadas em águas profundas e ultra profundas no litoral do Amapá, Maranhão e Pará, que vêm sendo chamadas de novo Pré-Sal, devido ao seu potencial e magnitude equiparados ao do Pré-Sal das Bacias de Santos e Campos.

Para o vice-presidente da FIEMA, Fernando Renner, a reunião realizada pelo GT em junho já pode ser considerada histórica para o assunto: “A ideia é unir os interesses das federações, envolver o Amapá, levar o assunto

para a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) para que ela também abrace o tema. É uma oportunidade ímpar de incluir o leilão das bacias em uma próxima rodada promovida pelo Ministério de Minas e Energia. A FIEPA tem papel fundamental na coordenação desse trabalho”.

Coordenadora do Centro Internacional de Negócios (CIN/FIEPA), Cassandra Lobato, reforça como a participação da atividade petrolífera vem crescendo nas exportações do país nos últimos anos. “Com o segmento do petróleo gás, a receita nas exportações geradas por este setor no Brasil em 2019 totalizaram 260 milhões de barris, que equivale a 64% da receita, sendo o segundo item mais exportado da pauta de nosso país, referente às exportações de óleo cru, em que nosso principal comprador internacional é a China, segundo dados do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). Logo, Nosso estado do Pará poderá ter uma oportunidade única em proporcionar desenvolvimento econômico e social para nossa população, com a chegada de um novo segmento industrial”, destaca. ■

Sem distância para a saúde

A adaptação foi a palavra que dominou as ações de todo o mundo entre os anos de 2020 e 2021. Quando a Organização Mundial de Saúde decretou, em março de 2020, a pandemia do novo coronavírus todos foram obrigados a repensar suas rotinas e redefinir suas ações no trabalho e na vida particular. Ficou claro o valor de manter hábitos saudáveis, como a prática regular de atividades físicas e da alimentação saudável.

Adriana Paixão, professora de Educação Física do SESI, conta que, em abril de 2020, uma das primeiras ações da equipe foi a produção e envio de vídeos para os alunos com indicação de exercícios para se fazer em casa. “A resposta foi muito positiva. Quando não tínhamos muitas informações sobre o vírus e como ele agia, se manter em atividade era muito importante. Mas logo percebemos que a situação não seria passageira e iria exigir uma solução de médio prazo e foi aí que iniciamos as aulas remotas”, relembra Adriana.

Em casa, os alunos também passaram pelo período de aprendizagem. Principalmente os ido-

so, sem tanta familiaridade com os recursos tecnológicos, precisaram aprender a conectar microfones e câmeras e estar a postos na hora das aulas. Deu tão certo que, mesmo com o retorno das atividades presenciais, as sessões remotas foram mantidas. “As aulas on-line vieram para ficar. É uma facilidade, principalmente para quem tem a vida muito corrida, quem viaja e está cada semana em um local diferente. E ainda com uma vantagem: o acompanhamento profissional”, comenta a professora de Educação Física, que reforça que “a atividade física é uma contribuição para você se prevenir de desenvolver alguma lesão, uma doença ou controlar alguma comorbidade. Mas fazer essa atividade sem acompanhamento pode trazer problemas. Por isso é importante prezar pela qualidade, com acompanhamento regular, para identificar a evolução de cada indivíduo”.

Entre os alunos do SESI que mantiveram o foco na saúde, mesmo no meio de tantas incertezas, está Paulo Sena. “A pandemia foi um choque para mim. Estava acostumado com o contato direto com os professores e, de repente,



precisei me recolher. Felizmente o SESI logo agiu para não nos deixar desamparados e passei a fazer os exercícios em casa”, explica Paulo.

Há alguns anos, o consultor na área administrativa-financeira pedalava na rua quando passou mal e desmaiou. Foi preciso ajuda de desconhecidos para se restabelecer e conseguir retornar para casa. Por insistência da filha, que é enfermeira, marcou uma consulta com o cardiologista que diagnosticou baixa resistência cardiorrespiratória e a necessidade de uma atividade física regular.

Atualmente, Paulo é aluno de musculação e natação e afirma que o acompanhamento dos professores do SESI foi essencial para se manter ativo. “Apesar de eu gos-



Apesar de eu gostar muito de fazer exercício, praticar sozinho, sem a companhia dos amigos era muito difícil. As orientações dos professores foram muito importantes para que eu não parasse e mantivesse o foco no bem-estar e na saúde”

Paulo Sena, aluno de musculação e natação do SESI.

tar muito de fazer exercício, praticar sozinho, sem a companhia dos amigos era muito difícil. As orientações dos professores foram muito importantes para que eu não parasse e mantivesse o foco no bem-estar e na saúde”, lembra.

E se engana quem pensa que Paulo se preocupou somente com as atividades físicas. Imunizado com as duas doses da vacina contra a Covid-19, ele aderiu também ao serviço de orientação nutricional oferecido pelo SESI. “Me sinto ótimo. Meu peso está dentro do esperado e meus últimos exames tiveram bons resultados, com certeza por esse conjunto de ações. Deu tão certo que recomendei aos meus familiares”, afirma o consultor.

SAÚDE COMEÇA NA MESA

Diferentemente de Paulo, muitas pessoas viram os números da balança subirem ao longo da pandemia. O isolamento social intensificou quadros de ansiedade e uma parcela da população encontrou um refúgio na comida. “O impacto da pandemia foi grande com relação à alimentação das pessoas. Quem precisou ficar em casa contou com a facilidade das comidas prontas e com o *fast food* e, de maneira geral, esse tipo de alimento é bastante calórico, não traz benefícios nutricionais e contribui diretamente para o ganho de peso”, explica Sheyze Lira, nutricionista do SESI Pará.

Com o avanço da Covid-19, os atendimentos de orientação nutricional também precisaram ser adaptados. Após autorização e orientação do Conselho Regional de Nutrição, o SESI passou a ofertar consultas e orientação nutricional de maneira remota. “Para o momento em que não era possível receber as pessoas presencialmente, a modalidade a distância ajudou bastante quem precisava de orientações. Foi possível acompanhar o IMC (Índice de Massa Corporal) dos pacientes e fazer um plano alimentar de acordo com a necessidade de cada um”, detalha Sheyze. “É importante dizer que as pessoas estão se conscientizando, tanto da importância da parte física como da alimentação”, assegura.



ADAPTAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Outra frente que precisou ser adaptada foram os projetos de caráter esportivo. Com a impossibilidade de promover encontros presenciais, o projeto Belo Monte Comunidade – Futebol Social, iniciativa de responsabilidade social da Norte Energia executada pelo SESI no município de Altamira, recorreu a recursos digitais para manter o vínculo com os participantes.

O projeto teve início no último trimestre de 2020 e beneficia 750 crianças e adolescentes, de 08 a 17 anos, nos bairros São Joaquim, Casa Nova, Jatobá, Água Azul e Laranjeira. A proposta é promover a cidadania, valores do esporte e hábitos saudáveis por meio de atividades esportivas como o Futsal.

"Nesse período de pandemia tivemos o desafio de reestruturar nossas atividades para o ambiente virtual com o apoio de parceiros importantes como o SESI, que executou o Futebol Social de forma remota junto aos públicos-alvo do Belo Monte Comunidade, projeto de Responsabilidade Social da Norte Energia. A atividade precisou ser totalmente reformulada e lançamos mão de ferramentas audiovisuais e digitais para atingir o nosso público utilizando redes sociais e aplicativos de mensagens. Assim conseguimos trabalhar os fundamentos do esporte e incentivar o comportamento cidadão", conclui Fernanda Mayrink, gerente de Comunicação e Imprensa da Norte Energia. [¶](#)

RETOME O FOCO NA ALIMENTAÇÃO

- 1** Cozinhe e tempere alimentos com óleos vegetais (milho, girassol, coco ou azeite) e evite temperos artificiais.
- 2** Inicie o almoço e o jantar com uma salada bem colorida, temperada com azeite de oliva extravirgem e limão.
- 3** Os cereais (arroz, feijão e massas) podem ser consumidos em quantidade moderada e devem ser sempre acompanhados de verduras e legumes. Os cereais integrais (arroz e trigo) são as melhores opções.
- 4** No jantar, prefira uma proteína magra (peito de frango ou filé de peixe) e salada crua bem variada (alface, rúcula, tomate, pepino).
- 5** Consuma, pelo menos, três porções de frutas diariamente, sendo uma delas rica em vitamina C como a laranja, goiaba, melão, mamão, kiwi, tangerina, acerola e manga.
- 6** Evite produtos enlatados e embutidos (salsicha, sardinha, feijoada, conserva, charque, salame, mortadela e presunto).

21 anos de história e inovação da REDES



É um ano festivo para a iniciativa. São mais de 20 anos sendo pioneira no desenvolvimento de fornecedores, conectando pessoas e gerando oportunidades de negócios por todo o Pará. Neste ano, a REDES/FIEPA completa seus 21 anos de histórias de sucesso, uma trajetória marcada por grandes conquistas e desafios que fizeram da iniciativa uma referência no mercado industrial. Com o passar dos anos, as atividades desenvolvidas para fornecedores avançaram no dinamismo e capilaridade, já as soluções em socioeconomia cresceram exponencialmente, ampliando as zonas de atendimento e novos setores produtivos.

Com 11 indústrias Mantenedoras e 20 empresas Apoiadoras, o ecossistema de negócios da REDES soma ainda mais de 344 empresas cadas-

tradas na plataforma, fortalecendo e fortificando a economia do Pará. Somente neste ano, mais de 215 demandas foram atendidas e 1800 indicações de fornecedores foram realizadas através da REDES/FIEPA, que atua direta indiretamente em 25 municípios, com escritórios próprios e apoio do Sistema FIEPA através do SESI e SENAI.

“Somos muito mais do que números. A REDES transforma vidas e empresas que sabem aproveitar as oportunidades do ambiente industrial. São milhares de vidas impactadas. Esse legado é irreversível, por onde passamos conseguimos plantar várias sementes, que resultam em frutos de sucesso. Realizamos muitas ações e eventos que aproximam pessoas, engratecendo e fortalecendo o nosso querido estado do Pará”, informa Marcel Souza, Gestor Executivo.



UMA NOVA ERA É A REALIDADE DA INICIATIVA

Novas soluções e projetos acompanham as mudanças do mercado global, criando desafios para todos os atores da iniciativa. Foi assim com o digital, quando as ações de campo foram suspensas, com muita agilidade, a equipe da REDES transportou suas melhores soluções para o novo formato e atendeu com eficiência as necessidades de compra das indústrias ofertando uma gama de fornecedores locais. Também lançou uma série de workshops incentivando o empreendedorismo e a transformação digital das empresas e colaboradores. Essas foram as estratégias para manter as ações durante a pandemia, que, por sinal, foi o período em que a REDES bateu recorde em todos os seus resultados.



A REDES transforma vidas e empresas que sabem aproveitar as oportunidades do ambiente industrial. São milhares de vidas impactadas! Esse legado é irreversível, por onde passamos conseguimos plantar várias sementes, que resultam em frutos de sucesso."

Marcel Souza, Gestor Executivo da REDES/FIEPA.

Na crescente do digital, este ano foi lançado o HUB REDES, que concentrará as plataformas de negócios, de educação e das soluções em socioeconomia. Inicialmente, na área do HUB, é possível acessar o +Negócios, que reúne todas as demandas das indústrias e empresas solicitantes do ecossistema da REDES. Seu maior diferencial é a criação do perfil de Comprador para que os colaboradores das indústrias tenham autonomia para abrir demandas, pesquisar fornecedores e consultar dados e contatos das empresas, tudo respeitando as diretrizes da LGPD.

“Juntamos tudo isso dentro de um aplicativo que será utilizado para acelerar o processo de cadastro dos fornecedores nas demandas e na abertura de novas demandas por parte do comprador. Esse app será o primeiro da região Norte e dará base e sustento a todo o nosso HUB de fornecedores”, informa Lucas Lourinho, coordenador de Planejamento e Controle.

Em breve, a área +Educação será lançada e dará acesso aos materiais de desenvolvimento criado pela equipe e parceiros da REDES. Para o seu lançamento, será disponibilizado mais um workshop gratuito e ferramentas e estratégias para acelerar o desenvolvimento das empresas. Tudo isso via aplicativo, na palma da mão, proporcionando mais agilidade no processo de indicação de fornecedores locais para os grandes projetos industriais.

Atá o final do ano, a REDES/FIEPA também lançará um livro, com cases de sucesso, curiosidades e outras informações sobre a trajetória da iniciativa.



PRÊMIO REDES DE DESENVOLVIMENTO

O Prêmio REDES de Desenvolvimento é um projeto da REDES e do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), que surgiu em 2011 com o intuito de reconhecer o esforço a favor da economia estadual. Para isso, premia as indústrias mantenedoras que mais se destacaram ao comprarem no mercado paraense.

Nos últimos 19 anos, as compras de fornecedores locais realizadas pelas indústrias parceiras cresceram cerca em 126%. Este percentual representa uma maior internalização de recursos e uma aposta segura no desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

Estas indústrias saíram do patamar de investimento de R\$ 173 milhões em 2000 para mais de R\$ 13,2 bilhões em 2019,

o que representa um volume R\$ 134,5 bilhões acumulados ao longo do período.

Para encerrar 2021, a REDES lançará a 9ª edição do Prêmio. No ano anterior foi realizado de forma híbrida, com algumas premiações virtuais e outras presenciais. Confirmado para o mês de setembro, o evento já está sendo planejado e algumas etapas iniciadas. Mais uma vez, irão contar com a interação do público nas redes sociais para ajudar no resultado de duas categorias, Comprador do Ano e Case de Sucesso.

“É o momento que incentivamos ainda mais a indústria em comprar localmente. O evento prova em números como juntos fazemos a economia do nosso estado crescer e oportunizamos isso para várias empresas locais”, afirmou Marcel Souza. ¶

REDES EM NÚMEROS:

11

indústrias
Mantenedoras

20

empresas
Apoiadoras

344

empresas
cadastradas na
plataforma de
fornecedores

25

municípios
impactados
direta e
indiretamente

Nova
EJASESI

Sua oportunidade de voltar a estudar!!



COMO FUNCIONA?



Educação a Distância (EAD) com momentos presenciais



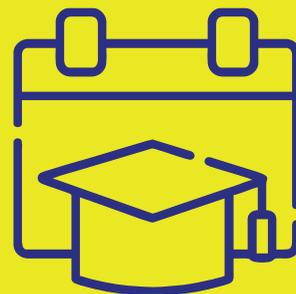
Acompanhamento de professores e profissionais especializados em EJA



- Ensino Fundamental (6° ao 9° ano)
- Ensino Médio
- Ensino Médio + Qualificação Profissional

DURAÇÃO DO CURSO

Conclusão do ensino básico em até 12 meses letivos.



Informações:

(91) **4009-4938**

www.sesipa.org.br



ENTREVISTA

REFORMA TRIBUTÁRIA REDUZIRÁ A ALÍQUOTA DO IR DAS PESSOAS JURÍDICAS

Celso Sabino

Auditor fiscal, deputado federal, graduado em Direito e Administração, tem pós em controladoria e gestão financeira pela Fundação Getúlio Vargas, aperfeiçoamento em Gestão Pública Tributária pela escola da Receita Federal, doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais e cursa pós doutorado em Direito Financeiro na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Responsável pela relatoria da Reforma Tributária relativa ao Imposto de Renda de pessoas físicas, empresas e investimentos, o deputado federal da bancada paraense, Celso Sabino, afirma que com as mudanças será possível mais investimentos das próprias empresas, o que representa geração de empregos no país, e também a isenção de imposto para as camadas da população que recebem menores salários. Acompanhe na entrevista os principais pontos dessa etapa da Reforma.

Por que é importante uma Reforma Tributária para o país?

Nós vivemos um gargalo na nossa economia que é o Sistema Tributário. Há 20 anos se fala em Reforma Tributária, sempre nesse intuito de desburocratizar, simplificar, reduzir a carga tributária e torná-la mais eficiente. Diante de várias tentativas, que nunca foram concluídas, chegou-se ao entendimento de que seria mais eficiente fazer a Reforma Tributária em etapas, cuidando de cada atividade do sistema econômico e também de cada tributo. Então (na Câmara dos Deputados) nós estamos fazendo a reforma do Imposto de Renda para Pessoas Físicas (IRPF), para Empresas (IRPJ) e tributação sobre investimentos e a unificação do PIS e da Cofins com a construção do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), em estágio bastante avançado. No Senado existe um trabalho de reforma dos tributos que incidem sobre o consumo, de competência dos estados e dos municípios, que são o ICMS e o ISS, respectivamente, e também já está no Senado uma proposta de passaporte tributário, que vai buscar uma alternativa para o grande contencioso de tributos existentes no nosso país, de dívidas de toda natureza. Estamos fazendo dessa forma, pela qual estamos conseguindo evoluir e caminhar com a Reforma.

Uma grande queixa do empresariado, principalmente, é que o Brasil possui um sistema tributário complicado e burocrático. Essa Reforma vai simplificar o nosso sistema? Simplificar, desburocratizar, buscar reduzir o contencioso e, na



nossa específica, que estou na relatoria do Imposto de Renda, reduzir a carga tributária. Nós estamos reduzindo a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a alíquota base, de 15% para 2,5%. Isso vai representar mais emprego e redução do custo de vários produtos e serviços, por exemplo.

Nós estamos tendo acesso a alguns estudos que apontam já para uma redução da carga tributária do setor elétrico, então a perspectiva é de que a nossa energia, além de se tornar mais eficiente, vai se tornar também mais barata, assim como as telecomunicações, a indústria de alumínio e vários outros segmen-

tos com os quais tivemos a oportunidade de dialogar e ter acesso aos números, assim percebemos uma forte redução da carga tributária.

Isso vai beneficiar também todos os empreendedores do Brasil. Com a redução da alíquota básica do Imposto de Renda de 15% para 2,5% nós estamos favorecendo um resultado maior em todas as empresas no final da apuração após o Imposto de Renda. O custo da redução para 2,5 pontos percentuais para o governo é de R\$ 98 bilhões, que são recursos que irão sobrar a mais no caixa das empresas - são um milhão e cem mil empresas hoje no Brasil que estão



Nós estamos reduzindo a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a alíquota base, de 15% para 2,5%. Isso vai representar mais emprego e redução do custo de vários produtos e serviços, por exemplo.

ativas no regime de lucro presumido, lucro real e lucro arbitrado - e todas elas serão beneficiadas com essa redução da alíquota do Imposto de Renda.

Qual o resultado efetivo dessa redução de imposto para o País?

Bom, com essa já citada redução da alíquota do Imposto de Renda de 15 para 2,5% esses recursos vão sobrar a mais. Vamos pensar o seguinte: de que forma essa medida vai impulsionar o emprego, vai impulsionar o desenvolvimento e vai melhorar nossa economia? Quando você tem uma redução drástica como a gente está fazendo no Imposto de Renda, que vai custar ao governo R\$ 98 bilhões, isso na prática vai fazer com que sobre mais para a empresa após a apuração do lucro.

Além disso, nós estamos instituindo no Brasil o fim da isenção da tributação sobre o lucro de quem recebe lucros e dividendos, que serão taxados em 20%. Com isso o governo pretende arrecadar, em 2023, quando o programa estiver

consolidado, R\$ 40 bilhões. Você pode dizer que percebe aí uma discrepância grande, que esses R\$ 40 bilhões não pagam nem a metade do custo dos R\$ 98 bilhões. Mas muito provavelmente haverá um estímulo para reduzir o percentual de distribuição de lucros e dividendos das empresas: se a companhia distribui 50% e reinveste 50%, provavelmente vai mudar a política, como por exemplo, reduzir para 40% a distribuição de lucro e reinvestir os outros 60%.

As duas medidas em conjunto, redução da alíquota e tributação dos lucros e dividendos, vão fazer com que ocorram novos projetos, ampliação de fábricas, aquisição de equipamentos, construção de ferrovias, hidrovias, novos parques de fábrica, novos shoppings, novos edifícios comerciais, novos edifícios residenciais, e isso traz na sua esteira, junto com esse desenvolvimento econômico, mais empregos. Foi como falei no encontro que participei na CNI (Confederação Nacional da Indústria), que essa está deixando de ser uma reforma do Imposto de Renda

para ser um grande programa social no Brasil. Nós temos hoje 15 milhões de desempregados e todo esse estímulo, essa reindustrialização, o reinvestimento nas empresas, vai ocasionar também um forte combate ao desemprego no País.

Como você mesmo citou, o texto está sendo construído após ouvir vários setores interessados na Reforma. Como tem sido essa experiência?

O projeto original do governo, apesar de ter vindo na direção correta, que é a mudança da carga tributária sobre a renda para um momento pós distribuição, veio com a necessidade de alguns ajustes. A gente está fazendo essa construção junto com o governo e ouvindo todos os membros da sociedade. Todos que têm tido acesso ao nosso texto, à prévia do nosso substitutivo que entregamos, quando a gente mostra o que alterou no texto, as medidas que a gente está pretendendo aplicar, praticamente 100% saem com uma nova ideia. Por isso que construção civil, que já falei, shoppings, indústrias, já se manifestaram favoráveis. Você vê estudos acadêmicos que mostram os pontos positivos. A gente está conseguindo derrubar as versões e os fatos estão prevalecendo. O texto está perfeito? Muito provavelmente ainda não esteja, mas a gente está trabalhando para aproximá-lo da perfeição para levá-lo à plenária e aprová-lo.

Que novidades vai trazer a alteração do IR para a pessoa física?

Nós estamos também fazendo a alteração do Imposto de Renda da Pessoa Física que vai reduzir



o Imposto de Renda de todos os que estão lendo essa matéria. Será dado um forte benefício à classe média, deixando metade dos contribuintes isentos. Dos 32 milhões de contribuintes no Brasil, 16 milhões vão ficar isentos. Com base nos estudos científicos e técnicos acadêmicos, a renda média brasileira é de R\$ 2 mil. Quem receber até R\$ 3.100, ou seja, todos os mais pobres, os que têm menor capacidade contributiva, ainda assim acima da média de R\$ 2.000 do brasileiro, vai ficar sem pagar Imposto de Renda. Acima disso (dos R\$ 3.100), todos vão ter uma redução de carga.

Você pode me dizer 'Mas deputado eu li que vai ser limitada a opção pelo desconto simplificado para quem ganha até R\$ 40 mil por ano. Isso não pode prejudicar de alguma forma quem ganha acima

dessa faixa de R\$ 3.100?'. Observe: só vai poder utilizar aquela dedução simplificada quem ganha até R\$ 3.333 por mês, que é 40 mil por ano. Quem receber de R\$ 3.333 para cima não vai poder optar pela dedução simplificada, mas estamos mantendo todas as possibilidades de deduções que existem hoje: construção, por dependente, por educação, despesas médicas ilimitadas vezes o número de dependentes, previdência, plano de saúde, tudo vai continuar.

Após aprovada a Reforma, quando começaremos a ver os resultados práticos?

Esse ano ainda. Para você ter uma ideia, no dia que em que apresentamos nosso substitutivo para os líderes, na casa do presidente Arthur Lira, todos receberam muito bem a proposta e a bolsa subiu. Caiu a Nasdak, caiu Nova

York, caiu China, caiu Inglaterra e a Ibovespa foi a única que subiu, bateu 128 mil pontos. E as informações de todos os veículos ligados ao mercado financeiro, CNN, Bloomberg, Estadão, dão conta de que não houve outro motivo para o bom desempenho da bolsa a não ser a receptividade que o mercado deu para o nosso relatório. Então, o que a gente entende é que, aprovada essa medida e as empresas sabendo que a partir do ano que vem vão ter uma carga tributária menor em relação à tributação sobre a renda, já vão começar a desenvolver novos projetos. O presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) deu uma entrevista na CNN onde disse que a perspectiva para o ano que vem era de dobrar o número de empregos na construção civil, e é a indústria que mais emprega no Brasil. ¶

Pandemia exige inovações na gestão empresarial

O ambiente empresarial se tornou mais exigente nos últimos anos. Saber administrar uma empresa é um grande desafio diário, que se potencializou com a chegada da Covid-19 no mundo todo. No Brasil não foi diferente, pois milhares de empresas fecharam as portas diante das dificuldades, ao passo em que outras precisaram se reinventar e competir com as que nasceram voltadas para o mundo digital.

As incertezas fizeram gestores darem passos cada vez mais lentos e firmes, levando as empresas a caminhos que nunca antes foram traçados. Nilcilene Cativo, especialista em controladoria e finanças empresariais, explica que, antes da pandemia, a maior preocupação de uma empresa era a gestão financeira. “Os empresários que estavam começando no mercado possuíam uma grande sede em apenas começar, sem se preocupar com toda a organização que uma empresa necessita, como fluxo de caixa, movimento de caixa, controle de banco e plano

de negócios”, destaca. A especialista também reforça que o maior desafio do empresário brasileiro é fazer uma boa gestão, com planejamento na ponta do lápis e conhecimento dos caminhos certos por onde seguir.

No atual cenário nacional, explica Nilcilene, uma das grandes dificuldades tem sido manter o fundo de reserva para empresas, o famoso capital de giro. “Uma empresa estruturada, com todos os procedimentos, guarda o fundo de reserva referente a seis meses das despesas, para eventuais crises que possam ocorrer ou até para investimentos futuros. A grande surpresa que tivemos foi o imenso período de pandemia, porque não esperávamos. Com os períodos de *lock-down*, as empresas utilizaram esses recursos e acabaram ficando sem nada”, afirma. Segundo Nilcilene Cativo, que há mais de 30 anos é dona de um escritório de contabilidade, uma solução imediata que as empresas encontraram para evitar o fechamento foi o empréstimo bancário ou os fundos de emergência disponibilizados pelo governo.

Realizar demissões em massa em um período difícil talvez não seja a melhor estratégia para manter a empresa aberta. Tudo precisa ser avaliado de acordo com o segmento de cada indústria. “Você tem que avaliar a situação e se perguntar: ‘eu preciso desse funcionário para fazer com que as coisas aconteçam?’ Se a resposta for sim, você pode optar em permanecer com ele e se adaptar de acordo com as necessidades, e sempre seguindo os protocolos de segurança impostos para o momento atual”, destaca a consultora.

Segundo Nilcilene, muitas indústrias conseguiram aumentar seus faturamentos durante a pandemia, a exemplo dos setores de alimentação, jardinagem e construção civil. Esse fator se justifica porque as pessoas começaram a passar mais tempo dentro de casa, e perceberam que o conforto dentro do lar era necessário, seja para um espaço reservado de home office, ou para agregar mais espaços físicos para a família.

É O MOMENTO DE EMPREENDER?

A especialista explica que, para abrir uma empresa atualmente, é fundamental ter um plano de negócios que possa analisar e projetar o futuro e a saúde da empresa. “Ter o capital necessário para manter a empresa nos primeiros meses também é importante. Se o empresário ainda não tem esse capital, o ideal é ele buscar parcerias financeiras que sejam vantajosas. Essas parcerias podem ser através de bancos com juros mais baixos ou investidores anjos que apostem na ideia”, afirma Nilcilene, destacando que, com o plano de negócios em mãos, o empreendedor saberá por onde deve seguir e a viagem será menos complicada.



REINVENTAR-SE É A SOLUÇÃO

Referência no mercado de manutenção de transformadores elétricos, a empresa Trael precisou reinventar sua gestão durante o período de pandemia, mesmo sendo considerada como empresa de atividade essencial no Pará. “Não é fácil gerenciar uma empresa em momentos comuns e na pandemia se tornou mais desafiador. Nossos colaboradores tiveram que se adaptar ao digital e alguns serviços deixaram de ser realizados presencialmente”, explica o sócio administrador da Trael Serviços, Dimas Pereira, responsável pela empresa na Região Metropolitana de Belém.

As instalações na RMB possuem capacidade para reformar até 13 mil geradores de energia ao ano. Dimas destaca que, hoje em dia, o investimento em reforma é muito mais lucrativo para as empresas do que a compra de novos geradores de energia, garantindo até 50% do valor do produto novo e a extensão da vida útil.

Os investimentos foram inevitáveis e necessários para a Trael, visto que a realidade em 2020 já não era mais a mesma dos anos anteriores. A empresa focou em serviços de regeneração e tratamento de óleo isolante. Todo o tratamento do óleo é realizado por meio de uma unidade móvel que utiliza tecnologia ecológica para a operação conjunta de regeneração, desumidificação, desgaseificação e filtragem de óleo mineral isolante, operando de forma segura com transformadores e reatores energizados ou desenergizados.



Dimas Pereira,
sócio
administrador
da Trael
Serviços

Esse investimento garantiu um melhor custo-benefício com relação ao processo de substituição do óleo isolante, além de outras vantagens, como a preservação da integridade operacional do equipamento e aumento da vida útil; realização de trabalhos sem interrupção do fornecimento de energia; manutenção local sem remoção; economia na aquisição de novos equipamentos; e a garantia de não gerar resíduos minimizando com impactos ambientais.

A decisão dos administradores da empresa em investir nesta

modalidade de serviço gerou novas expectativas com relação ao mercado no Pará. Mesmo com a planta industrial preparada para receber uma grande capacidade de transformadores por ano para reforma, foi preciso ir além, buscando novas formas de atender as necessidades dos clientes de forma remota. Para o administrador, a projeção para o futuro é a melhor possível, visto que, segundo ele, a Trael está pronta para receber novos clientes que buscam economizar mantendo a qualidade e eficácia dos geradores. ▮



Sistema interno da Unidade
Móvel de Regeneração e
Tratamento de Óleo Isolante.



Unidade Móvel de
Regeneração e Tratamento
de Óleo Isolante

O menino que virou exportador



Aos 10 anos de idade, ele foi para o cais e pediu para o comandante que o deixasse embarcar em sua primeira viagem. A partir desse dia, a pesca se tornou sua vida. Cearense de nascimento e paraense de coração, o empresário Apoliano Nascimento hoje comanda em Icoaraci as empre-

sas Esperança Pescados, Fishmar, Bigfish e um estaleiro. Juntas, as empresas geram atualmente cerca de 170 empregos no Estado do Pará. Em Santa Catarina, onde funciona o porto da empresa Caljevyz, que faz parte do mesmo grupo, são outros 40 empregos diretos.

“Tudo o que adquiri na vida foi através da pesca e pretendo con-

seguir muito mais, porque com 65 anos ainda sou jovem. E eu sou muito feliz na pesca. Se eu morrer e voltar, quero ser pescador de novo”, afirma o empresário. Ele conta que, olhando para trás, foi irresponsabilidade do comandante da embarcação ouvi-lo e tê-lo levado tão novo, somente com a roupa do corpo, para uma



viagem de 25 dias, em uma época em que no Brasil não havia uma legislação moderna como a de hoje para o trabalho infantil.

No entanto, ele considera que foi ali que tudo começou e, no seu caso, felizmente tudo deu certo. Já mais velho, passou pela Marinha e, ao dar baixa no serviço militar, voltou a ser aprendiz de pesca-

dor. Com 17 anos, após rodar a costa marítima brasileira, chegou a Belém e, aos 19 anos, já era comandante de uma embarcação. Em 1990, quando uma empresa estava terceirizando sua frota, ele teve a oportunidade de comprar o primeiro barco e passou a ser armador, profissão do responsável pela exploração comercial de uma



Eu cheguei aqui em 1974. A minha ideia era vencer e eu não sei se já venci, porque a gente sempre tem que querer mais enquanto vida tiver. E isso não deve ser só na atividade de pesca, mas em qualquer outra atividade”.

Apoliano Nascimento

embarcação. Já em 1991, fundou a Esperança Pescados sua primeira empresa. Atualmente, trabalha com a esposa, filhos, genros e noras, que também são seus braços para conseguir dar conta do serviço.

Nascido em Camocim, no Ceará, Apoliano explica que a mesma necessidade de ajudar a família que o levou a pisar numa embarcação aos 10 anos de idade, também o atraiu a Belém. Segundo ele, na época a cidade era uma terra fértil para a pesca de camarão rosa e piramutaba. Hoje, passados 47 anos desde a sua chegada na capital paraense, a produção mensal de pescado de suas empresas chega a uma média de 3.600 toneladas/ano, incluindo espécies como o pargo, a piramutaba, a gó, entre outros, além de 500 toneladas/ano de camarão. O destino do peixe é o mercado brasileiro e o camarão é exportado para o Japão.

Apoliano lembra que antes a Fishmar exportava para a União Europeia, mas devido a algumas regras de exportação criadas pelos países europeus, muitos exportadores brasileiros não conseguiram se adequar às normas do con-



tinente europeu. “De um número de cerca de 40 mil embarcações existentes no Brasil, apenas duas conseguiram se adequar”, explica o empresário, que também é presidente do Sindicato das Indústrias de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA), um dos sindicatos filiados à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA).

De acordo com Apoliano, um fator importante para que empresas como as dele e de outros empresários paraenses e brasileiros se desenvolvam, de forma a se tornarem competitivas, é o ordenamento do setor. “A atividade está perdendo muito com isso, precisamos de um ordenamento mais eficaz, observando o tripé econômico, social e

o ambiental, este especialmente, para sermos ordenados sem pecar por esse lado, senão o setor não dá um passo para a frente. Para combater a informalidade, é preciso ter regra”, observa.

APRENDIZADO

Para quem não sabe, o balanceiro é o profissional encarregado de pesar todo o pescado que chega das embarcações. Na empresa de Apoliano Nascimento, uma mulher é a responsável por essa função, essencial para a produção. Maria Eulália, de 39 anos, disse que quando começou não sabia praticamente nada sobre a atividade da pesca. “Aqui foi meu primeiro emprego. No primeiro

dia em que cheguei, estava acostumada a ver o peixe só na mesa. Fiquei observando, mas eu não falei para eles que não tinha experiência, e perguntei para um rapaz que trabalhava aqui que peixe era aquele. Depois eu fiquei só observando e um minuto depois eu consegui separar o peixe”, lembra a funcionária.

Com o tempo, assumiu funções administrativas na empresa, até observar e aprender a função de balanceira. “Eu amo a minha profissão, porque foi onde finalmente eu achei algo que eu gosto de fazer e o que me faz gostar tanto é o peixe. E aqui na empresa eu me senti uma pessoa especial”, conta Maria Eulália. ¶

Do alvejante ao cimento: conheça a diversidade da indústria do Pará



Pará tem um dos setores industriais mais fortes e diversificados do Norte do Brasil. Mineração, madeira, cosméticos, carnes, grãos e frutas beneficiadas são alguns dos produtos bem conhecidos fabricados no Estado. Contudo, a variedade de produção não para por aí. Prova disso é que há 29 sindicatos filiados na Federação das Indústrias Estado do Pará (FIEPA), representando 12 segmentos diferentes. Alguns deles, apesar de pouco conhecidos da maioria das pessoas, contribuem significativamente para a geração de postos de trabalho, riquezas, tributos e, ainda, com projetos para desenvolvimento das comunidades próximas.



**Marcelo Carvalho da Silva -
Indústrias Raymundo da Fonte**

As Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte, que fabricam marcas famosas de produtos de limpeza doméstica, higiene pessoal, inseticidas e condimentos, possuem há 33 anos uma unidade em Belém do Pará. No estado, é produzida água sanitária das marcas Brilux e Tubarão, além dos vinagres Minhoto e Figueira. A unidade paraense da Raymundo da Fonte também distribui produtos de marcas próprias fabricados em outros estados, tais como amaciante Sonho, sabonete e creme dental Even, entre outros.

A empresa tem 223 colaboradores diretos. O processo produtivo feito no Pará inclui desde a preparação da água sanitária e do vinagre até a fabricação das embalagens plásticas e o envase do produto final. Graças a esta filial, a Raymundo da Fonte consegue distribuir seus produtos no Pará, Amapá, Amazonas e Roraima. “A produção no Pará diminui os cus-



Robson Santos - Capixaba Laticínios

tos logísticos, aumenta a arrecadação no Estado, gera mais empregos e renda e isso faz a roda da economia girar”, relata Marcelo Carvalho da Silva, gerente administrativo no Pará.

A Raymundo da Fonte também investe em ações de saúde e qualidade de vida para a comunidade local, como programa de gratuidade esportiva para crianças e adolescentes, campanhas anuais de atendimento odontológico, palestras e curso de informática básica.

Já em Ipixuna do Pará, a Capixaba Laticínios produz queijos, requeijão, iogurte, coalhada e empacotamento de leite *in natura*. A empresa trabalha com derivados do leite há cerca de 20 anos e hoje está presente em todas as grandes redes de supermercado do estado.

Segundo o sócio-diretor da empresa, Robson Santos, a localização no nordeste paraense é estratégica por ser uma impor-

tante bacia leiteira. Além disso, a proximidade permite oferecer produtos frescos e com pegada artesanal ao mercado paraense. “Valorizamos a qualidade e o sabor original. Os nossos produtos têm o mínimo de química possível com o máximo de qualidade. Estar na região representa uma vantagem logística pela proximidade da BR 010, que dá acesso à Grande Belém, nosso principal mercado”, explica.

Em média, a Capixaba Laticínios produz 700 toneladas ao ano, contribuindo para verticalizar a atividade pecuária do Pará, estado que possui o quarto maior rebanho bovino do país, de acordo com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará). A empresa colabora, ainda, com instituições voltadas para o trabalho social nos municípios em que está instalada, a exemplo do Projeto Juquinha, voltado para a educação de crianças e adolescentes com deficiência.



CONSTRUÇÃO CIVIL

Presente no Pará desde 2016, a Votorantim produz no município de Primavera os cimentos Poty, em uma fábrica com capacidade produtiva anual de 1,2 milhão de toneladas. Em 2019, a empresa adquiriu uma unidade em Ananindeua capaz de fabricar mais de 200 mil toneladas de argamassas por ano. Além disso, a Votorantim Cimentos possui centros de distribuição em Santarém e Belém.

Mais de 280 pessoas são empregadas pela empresa no Pará e a produção no estado é voltada para os mercados do Norte e Nordeste do Brasil. O diretor regional de Operações da Votorantim Cimentos, Danilo Valadares, relata que a empresa tem confiança no potencial de crescimento do país e, nesse cenário, o Pará é um mercado estratégico. “Os investimentos já realizados no Estado reforçam a solidez e a capilaridade da companhia, ancorada na diversificação geográfica e de portfólio. A aquisição possibilitou ampliar o atendimento em mercados do Amazonas e de Roraima, que juntos movimentam 1 milhão de toneladas por ano”, explica.

Nas unidades paraenses, a Votorantim Cimentos também investe em melhorias industriais que se tornam um diferencial no mercado. Em Primavera, por exemplo, foi desenvolvida uma solução que aproveita caroços de açaí como fonte de energia dos fornos, substituindo parte do coque de petróleo importado dos Estados Unidos. Já a fábrica de Ananindeua é pioneira na utilização de serragem de madeira em substituição ao óleo diesel que abastece os fornos de secagem industrial.

Os cimentos e argamassas produzidos no Pará também trazem um importante retorno social. Por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre a empresa, o Instituto Votorantim e a Prefeitura de Primavera, foram realizadas ações de infraestrutura, planejamento urbano, saúde, educação, qualificação e fomento a cadeias produtivas. Destaque para a reconstrução da Biblioteca Ruth Passarinho, a reforma de duas escolas públicas, a construção do Centro Municipal de Saúde, bem como investimento de R\$ 1,2 milhão em ações voltadas ao controle e combate do coronavírus na região.



REPARAÇÃO DE VEÍCULOS

Outro setor que, apesar de muito presente, não é o primeiro que vem à mente quando se fala em indústria paraense é o de reparação de veículos. São oficinas de pequeno, médio e grande porte, que oferecem os mais variados tipos de serviços para automóveis, motos, ônibus, tratores, máquinas agrícolas, caminhões e outros. Segundo estimativas do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos do Estado do Pará (Sindirepa), além das 32 empresas associadas, o Pará possui cerca de 3 mil oficinas devidamente registradas e outras 9 mil atuando informalmente. Juntas, essas oficinas têm 60 mil trabalhadores espalhados em todos os municípios do estado.

A grande variedade de empresas de reparação é justificada pela diversidade cada vez maior de veículos disponíveis no mercado. A maioria das oficinas está segmentada por marca, tipo de veículo ou por serviços, como funilaria, pintura, injeção eletrônica, instalação de acessórios, martelinho de ouro, reparação de computadores automotivos e sistemas elétricos.

A indústria de reparação é fundamental para quem deseja economizar. Isso porque, com um serviço confiável, é possível fazer manutenções preventivas que prolongam a vida útil do automóvel, evitando inclusive a compra de um novo veículo em pouco tempo. “Quando você escolhe fazer a manutenção corretiva, o gasto na hora da reparação chega a quatro vezes mais do que na preventiva. Se você espera quebrar para ir a uma oficina, muitas vezes o problema não tem mais jeito ou a solução é tão cara que não compensa. Isso sem falar na segurança, pois o carro pode quebrar, provocar acidentes ou ainda parar de funcionar em lugares desertos, com perigo de assalto”, alerta o presidente do Sindirepa, André Fontes. ¶

Rodadas de negócios: oportunidade para começar a exportar

Com a pandemia, as rodadas de negócios internacionais podem até ter mudado de formato, sendo agora realizadas de maneira virtual, mas continuam sendo uma ótima estratégia para quem quer exportar e alcançar novos mercados. Somente em 2020, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), foram realizadas no país cinco rodadas, que atenderam a 196 empresas e movimentaram cerca de US\$ 4.225.000 em negócios. Por intermédio do Centro Internacional de Negócios da FIEPA, empresários paraenses puderam participar de quatro rodadas nos setores de cacau e chocolate, mineração, complexo de moda, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.

As rodadas internacionais são encontros agendados entre empresas locais e potenciais compradores estrangeiros de determinado setor, que duram em média 30 minutos e podem ocorrer como ações específicas para esta finalidade ou em feiras e eventos comerciais. As rodadas são organizadas por entidades de fomento e promoção ao comércio exterior, como por exemplo as federações de indústrias, que por sua vez pos-



Gedielcio Oliveira, assessor técnico CEPOTX, em Altamira

suem em sua estrutura os centros internacionais de negócios, que têm a função de desenvolver as empresas brasileiras para a exportação e de atuar como facilitadores deste intercâmbio comercial.

A coordenadora do CIN/FIEPA, Cassandra Lobato, explica que a instituição fornece informações técnicas, capacitações e consultorias para que as empresas fiquem aptas a atender os mercados internacionais e a fechar negócios ou

parcerias. “O CIN possui os recursos necessários para mapear os principais mercados e potenciais compradores que estejam interessados em nossos produtos, somado a parceiros como Apex-Brasil, sindicatos da indústria, Sebrae e Governo do Estado, na implementação estratégica destes eventos”.

Cassandra explica que, em geral, os compradores internacionais têm grande interesse por



CIN/FIEPA REALIZARÁ RODADA VIRTUAL INTERNACIONAL DE FRUTAS

Para estimular o desenvolvimento das exportações na Amazônia, a FIEPA será articuladora da Rodada de Negócios do setor de Fruticultura, que deverá ocorrer em dezembro deste ano, na modalidade virtual. Segundo a técnica em Comércio Exterior do CIN/FIEPA, Daniela Moura, diferentemente dos demais encontros realizados durante o ano, no qual o CIN atuou como colaborador, neste próximo a entidade terá um papel mais estratégico como articuladora, ficando responsável por todo o planejamento e realização do evento.

O encontro vai reunir diversas empresas paraenses - além de outras empresas da Amazônia Legal, nos estados onde a Rede CIN tem atuação - e 12 compradores internacionais. “Ser o articulador de uma rodada internacional de negócios significa um reconhecimento a todo o trabalho que temos desenvolvido aqui na Região Amazônica, em favor das exportações de nossas empresas. Isso comprova a nossa expertise em comércio exterior e nos impulsiona a buscar sempre os melhores resultados”, explica Daniela.

Empresários interessados em mais informações sobre a rodada podem entrar em contato com o CIN/FIEPA pelos seguintes contatos: (91) 4009 - 4996, ic.cin@fiepa.org.br

produtos da Amazônia, o que dá ao Pará uma vantagem competitiva em relação aos demais estados brasileiros. “Países do Arco Norte, Europa e América Latina, estão sempre abertos a negociar com empresas aqui da região. No Pará, os produtos mais procurados são, em sua maioria, do setor de alimentos e bebidas (A&B)”.

Gedielcio Oliveira, assessor técnico da Cooperativa Central de Produção Orgânica da Tran-

samazônica e Xingu (CEPOTX), em Altamira, que atua na produção e comercialização de amêndoas de cacau e manteiga de cacau, conhece bem o funcionamento e as vantagens de participar das rodadas de negócios internacionais. Em 2020, por intermédio do CIN, a Cooperativa teve a primeira experiência em rodada de negócios no formato virtual. “O mundo virtual já é uma realidade, tanto que

PRINCIPAIS CRITÉRIOS

Para participar de rodadas internacionais, primeiramente, é importante que a empresa local tenha um potencial de exportação. Também é necessário ter capacidade produtiva para atender novas demandas e preço de exportação definido. O mercado internacional também prioriza empresas que possuam práticas ou iniciativas sustentáveis, sejam elas ambientais ou sociais.

PREPARE-SE PARA FAZER NEGÓCIOS

A empresa deve preparar uma apresentação breve e objetiva do negócio, porém capaz de despertar o interesse do comprador. Também deve ter domínio do idioma estrangeiro ou contar com o apoio de um intérprete. Um suporte muito importante que o CIN pode fornecer nessa etapa do processo é o conhecimento por meio das capacitações on-line. “Seguindo todos os critérios estabelecidos é possível sim ter um retorno financeiro muito vantajoso, seja fechando negócios ou fazendo contatos com potenciais compradores qualificados e confiáveis para um futuro empreendimento”, explica Daniela.

hoje eu faço minhas reuniões on-line, mando catálogos de produtos e portfólio por e-mail para o cliente, e fecho meus negócios tudo de forma on-line”, afirma Oliveira. “Nosso objetivo ao procurar o CIN é buscar um suporte maior para chegar nesses mercados, porque entendemos que uma instituição como a FIEPA tem mais capacidade e autonomia para identificar potenciais clientes”, conclui. ¶

Foto: Tarso Sarraf



Diversidade e Inclusão são inadiáveis nas corporações

Ao contrário do que parece, a implementação de ações voltadas à diversidade e à inclusão nas empresas não é novidade. O movimento iniciou há décadas em grandes companhias nos Estados Unidos e, desde então, tem se disseminado pelo mundo, principalmente pela atuação das empresas multinacionais. No

Brasil a temática ainda enfrenta resistências, mas organizações têm colocado o assunto em posição estratégica.

“Em um recorte regional, dentro da América Latina, por exemplo, o Brasil tem se destacado como um dos principais países quando comparamos à realidade empresarial. A liderança sênior dessas empresas certamente é crucial para o sucesso

do seu programa de Diversidade e Inclusão e quanto mais abertura essa liderança dá para o tema, mais as empresas conseguem auferir resultados concretos com ele”, detalha João Torres, advogado, sócio da Consultoria Mais Diversidade e mentor para Diversidade e Inclusão de organizações como ArcelorMittal, Braskem, Carrefour, Itaú, Grupo Boticário e Localiza.

Quando questionado sobre os benefícios obtidos pelas empresas ao investir na pauta, João menciona uma lista. “São inúmeros os benefícios e é importante mencionar que todos eles estão respaldados em inúmeras pesquisas científicas e de mercado. Diversidade e Inclusão aumenta o engajamento das equipes, abre mais espaço para criatividade e inovação, melhora a capacidade das equipes em resolver problemas complexos, aumenta a produtividade das equipes, melhora o clima organizacional, melhora a qualidade do atendimento ao cliente, aumenta a retenção dos colaboradores e, conseqüentemente, diminui custos de *attrition* (desentendimento). E tudo isso colabora para que as empresas mais diversas e inclusivas tenham performance financeira superior às de suas concorrentes”, pontua.

Em 2021, uma pesquisa realizada pela Consultoria Mais Diversidade e a Revista Você RH indicou que 97% das empresas pretendem manter ou aumentar seus investimentos em Diversidade e Inclusão, mesmo em um cenário instável, como o de pandemia. Esse resultado mostra como as organizações dos mais variados portes têm amadurecido o olhar para o impacto social de seu legado.

Entre as empresas que despontam como liderança no desenvolvimento de boas práticas em Diversidade e Inclusão está a Dow, companhia global da indústria química e que está presente no Pará com uma unidade no município de Breu Branco. No ano de 2000, a empresa iniciou suas ações em D&I com a criação de um grupo de afinidade voltado ao desenvolvimento profissional de



O ambiente de trabalho ficou muito mais respeitoso e existe um comportamento coletivo de acolhimento aos novos empregados."

Ana Portela, analista de Recursos Humanos da Dow.

mulheres e ao fomento à equidade de gênero na empresa.

Após mais de duas décadas o trabalho se fortaleceu e hoje abrange grupos regulares para debater o desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência, afrodescendentes, LGBTQ+ e pessoas com mais de 50 anos. “Em nossos fóruns com funcionários e nas pesquisas internas, o time compartilha que o ambiente de trabalho ficou muito mais respeitoso e existe um comportamento coletivo de acolhimento aos novos empregados. Percebemos também o engajamento maior dos funcionários em projetos e iniciativas das redes e aumentou a busca e interesse por oportunidades de desenvolvimento e carreira”, revela Ana Portela, analista de Recursos Humanos da Dow.



A diversidade e a inclusão são pilares importantíssimos da operação e do modo de fazer negócios."

Arquimedes Pujatti, líder do site de Silício Metálico da Dow em Breu Branco.

Por entender a relevância do assunto, a empresa estende a sua política de Inclusão e Diversidade à sua cadeia de fornecedores. “Compartilhamos boas práticas de como aumentar a diversidade e fomentar ambientes mais inclusivos e percebemos que isso também vem apresentando resultados. Um exemplo é a contratação de mulheres por empresas que, em um passado recente, tinham quadro 100% composto por homens”, aponta Ana Portela.

O grande desafio no momento para a Dow é aumentar a representatividade de mulheres nas operações e em posições de liderança. “Em nossa ambição de ser a empresa de ciências dos materiais mais inclusiva do mundo, queremos construir um espaço que garanta a representatividade



e inclusão para todos os grupos. Diferentes experiências, origens e perspectivas levam a novas ideias e soluções. A diversidade e a inclusão são pilares importantíssimos da operação e do modo de fazer negócios”, diz Arquimedes Pujatti, líder do site de Silício Metálico em Breu Branco.

Quem também tem se destacado nesse segmento é a Alcoa. A empresa de mineração mantém uma rede de diversidade que valoriza a pluralidade de comportamentos e experiências e se concentra em três grupos: AWN, voltado para a promoção da equidade de gênero; o Eagle, destinado à promoção da diversidade LGBTQ+, e o Aware, voltado à equidade étnico-racial.

Os grupos têm encontros anuais para planejar suas estratégias de trabalho e objetivos, mas são autônomos para desenvolver suas ações. Na unidade da Alcoa em Juruti, oeste paraense, o destaque fica por conta da atuação integrada à comunidade. De acordo com Sidney Sousa, técnico



especialista em Segurança do Trabalho e líder do Programa Eagle no município, sempre que possível essa integração entre comunidade e empresa é reforçada. “Muitos colaboradores da empresa são naturais de Juruti, então nada mais natural do que envolver a comunidade em eventos e nessa temática. Um dos pilares da Alcoa é cuidar das pessoas e isso não pode ficar só no papel, então as pessoas se sentem mais seguras em integrar uma empresa que respeita suas individualidades”, aponta.

“
Muitos colaboradores da empresa são naturais de Juruti, então nada mais natural do que envolver a comunidade em eventos e nessa temática.”

Sidney Sousa, técnico especialista em Segurança do Trabalho da Alcoa Juruti.

Sidney conta que a própria trajetória foi marcada pela vivência em ambientes bem diferentes e pouco respeitosos com relação à diversidade. “Antes de vir para a Alcoa eu estava em uma empresa onde não me sentia confortável. Quando cheguei em Juruti foi diferente, me senti muito acolhido pela empresa e pela comunidade. Hoje sou muito orgulhoso da vida que construí e isso contribui para que eu exerça o meu trabalho da melhor maneira possível”, comenta o profissional.



RESULTADOS INSPIRADORES

De olho no impacto positivo que as políticas de diversidade e inclusão trazem para as empresas, a Mineração Rio do Norte, que também atua no oeste do Pará, iniciou suas ações em 2019 por influência da alta gestão. O ponto de partida teve como público-alvo as mulheres e o desenvolvimento delas dentro da empresa. “Nossa primeira ação foi marcada por um evento denominado ‘Minerando Juntas’ e promoveu uma reflexão sobre a disparidade entre homens e mulheres no trabalho, especialmente no setor de mineração. Essa ação teve como objetivo incentivar a participação da mulher em toda a cadeia da MRN, nas áreas administrativas, operacional, de suprimentos etc.”, recorda Carina Coelho, analista de Controles Internos e líder do programa de Diversidade e Inclusão da MRN.

Não tardou para que os primeiros resultados viessem à tona. A empresa ampliou o número de mulheres no corpo de funcionários, reformulou seu processo de

seleção e atração de talentos e viu dobrar a procura pelas vagas abertas, o que só mostrou o potencial do programa. “Faço questão de dar a esse projeto a importância que ele tem. Ele nasceu com o carinho de homens e mulheres, com diferentes níveis hierárquicos, mas à medida que o trabalho foi sendo construído, entendemos que precisávamos atender outros eixos da diversidade. Foram realizadas capacitações para lideranças, empregados e a estruturação de comitês de afinidade. Os funcionários demonstram a satisfação de sentir mais representatividade na empresa, uma maior sensação de pertencimento e maior engajamento nas programações”, diz a líder.

Bruno Prado atua como gerente da área de Mineração na empresa e acredita que o programa só traz benefícios. “Eu acho que esse é um caminho sem volta e a MRN já enxergou isso e está botando energia, dedicando tempo e fazendo isso com muita atenção, para que a gente faça de forma sustentável”.



Os funcionários demonstram a satisfação de sentir mais representatividade na empresa, uma maior sensação de pertencimento e maior engajamento nas programações.”

Carina Coelho, líder do Programa de Diversidade e Inclusão da MRN.

Ao mesmo tempo que celebra as primeiras conquistas, a empresa concentra esforços no amadurecimento do programa que ganhou o nome de ‘MRN para todos’. “Vamos avançar para fases mais maduras, como a realização do censo de diversidade, definir quais os grupos de afinidade vamos desenvolver, quais as conexões naturais já existem e, a partir disso, pensar de forma propositiva. O trabalho faz parte do planejamento da companhia e por isso é tratado de maneira estratégica”, complementa Carina Coelho.¶

Orla de Belém tem vocação para lazer, gastronomia e esporte

A conexão com a natureza, a cultura e a gastronomia fazem das orlas de Belém espaços atrativos para os moradores e turistas. Para se ter uma ideia do grau de atratividade, segundo dados da Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR), no período de 2016 a 2019 uma média de 640 mil turistas visitaram estes espaços. “Nossas orlas oferecem uma forte conexão com nossos traços culturais, o que desperta o interesse turístico. Além disso, o comércio local fomenta uma variedade de produtos e serviços que contribuem como opções de lazer”, comenta André Cunha, Coordenador Municipal de Turismo da BELEMTUR.

Entre as dezenas de atrações à beira do rio, estão o Complexo do Ver-o-Peso, Complexo Ver-o-Rio, a Estação das Docas, o Complexo Feliz Lusitânia, o Mangal das Garças, o Portal da Amazônia, o Parque do Utinga, Icoaraci e as orlas de algumas ilhas da capital paraense como Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua e outras. Para aprimorar mais a experiência de visita a estes espaços, André Cunha menciona como desafios a necessidade de



Nossas orlas oferecem uma forte conexão com nossos traços culturais, o que desperta o interesse turístico. Além disso, o comércio local fomenta uma variedade de produtos e serviços que contribuem como opções de lazer."

André Cunha, Coordenador Municipal de Turismo da BELEMTUR

estruturar um ordenamento das orlas e a despoluição dos rios e baías.

Este ano, a BELEMTUR, sob nova gestão, iniciou um projeto de incremento turístico das orlas, que envolve ações como a reforma do Ver-o-Rio, a criação de um terminal hidroviário em Icoaraci, em parceria com o Governo do Estado, e o estímulo ao turismo nas ilhas de Belém por meio da gastronomia, esporte náutico, trilhas e outras atividades, com a inclusão,

principalmente, dos ribeirinhos e o fomento também à indústria formal de turismo. “Avaliamos os pontos turísticos e iniciamos o projeto, que vai viabilizar uma melhor qualidade e maior diversidade de produtos turísticos. Também vai possibilitar a formatação dos pacotes turísticos para Belém por meio das agências de viagens e agentes turísticos, oferecendo, assim, serviços de melhor qualidade para a população e turistas”, conclui o Coordenador da BELEMTUR.



TURISMO GASTRONÔMICO E ECOLÓGICO

A Estação das Docas está entre as orlas mais frequentadas de Belém porque, além da bela paisagem para a Baía do Guajará, traz espaços gastronômicos, culturais, de artesanato regional e moda. Há mais de 5 anos, o chef empreendedor Ibrahim Dahás aceitou o convite para transferir o Soprano Restô, criado em 2010, no bairro de São Brás, para um ponto na Estação das Docas. “O Soprano Restô iniciou suas atividades em 2010, um empreendimento da minha família, que começou no Solar Passarinho, na avenida Magalhães Barata, ao lado do Parque da Residência. Depois, fomos convidados a ocupar um ponto no Boulevard da Gastronomia, que estava fechado há muitos anos na Estação das Docas. Topamos o desafio e desenvolvemos nosso trabalho com muito amor pelo que fazemos, trazendo nossos antigos clientes para a Estação e conquistando novos pela qualidade que

imprimimos em nossos pratos e atendimento”, relata Dahás.

O setor gastronômico é um dos atrativos que amplia a visitação às orlas, incrementando a indústria do turismo local, grande indutora da geração de postos de trabalho. O Soprano Restô emprega diretamente 62 colaboradores e gera dezenas de outros empregos indiretos por meio das atividades de fornecedores e *delivery*. E foi justamente o potencial do setor associado ao empreendedorismo de Dahás que contribuíram para superar momentos críticos da pandemia de Covid-19. “Devido à pandemia, após mais de 100 dias fechados em 2020, quando retornamos em julho, nossa capacidade de atendimento chegou a ser reduzida a 40% da ocupação, depois 50% e posteriormente 70%. Mantivemos todos os postos de trabalho e aderimos aos programas de manutenção de emprego não demitindo nenhum colaborador.

Seguimos todos os protocolos e orientações dos órgãos fiscalizadores e reguladores da pandemia, preservando, assim, a saúde de nossos colaboradores e clientes. Contamos também com a colaboração de nossos fornecedores parceiros de tantos anos, que nos apoiaram nesse difícil momento”, relata o chef.

Para o empreendedor, a maior vocação de Belém é para o turismo ecológico, que inclui os espaços com orlas, e de negócios com ênfase na gastronomia. Também menciona os desafios para essa vocação turística fomentar ainda mais a economia local. “É preciso mais investimentos em infraestrutura e espaços destinados para essas atividades como o próprio transporte hidroviário, acesso em alguns pontos interessantes da nossa orla, inclusive com pequenos portos de embarque e desembarque de embarcações particulares e públicas de uso coletivo”, assinala.



LAZER E CONTEMPLAÇÃO

A funcionária pública Edice Silva, 46, que nasceu em Santarém e mora há 22 anos em Tailândia (PA), é apaixonada pelas orlas de Belém, principalmente o Portal da Amazônia e a Estação das Docas. Periodicamente, ela visita a capital paraense para rever o filho Daniel. “Quando vou a Belém, eu e Daniel visitamos as orlas, especialmente o Portal da Amazônia por conta do clima relaxante e para tomar um tacacá, sempre muito saboroso. Para mim, é um ambiente de lazer diferenciado”, declara.

Outra frequentadora assídua das orlas da capital paraense é a socióloga Rita Abitbol Oliveira, 48 anos, que sempre rezeva os passeios com o esposo, o engenheiro civil Marcelo Oliveira, 54 anos, e com os filhos Beatriz e Bruno Oliveira. Passear e apreciar o pôr-do-sol para a socióloga são momentos únicos, que não precisam de hora nem data certa nestes espaços turísticos. “Quando



Edice Silva que nasceu em Santarém e mora há 22 anos em Tailândia (PA)

estamos por lá, basta parar, sentir e apreciar, tomando uma água de coco ou comendo tapiquinha com café ou ainda tomando um tacacá, aproveitando o ventinho e o pôr-do-sol. Entre as minhas



Rita, o esposo Marcelo e os filhos Bruno e Beatriz Abitbol

favoritas está a orla perto da Casa das Onze Janelas, onde encontramos museu, igrejas, o Forte do Castelo e a praça com barraca de comidas típicas. Como não amar e se emocionar com o momento das badaladas dos sinos das duas igrejas próximas desta orla?”, assinala.

AMBIENTES PARA O ESPORTE

Utilizar as orlas também como espaços para atividades físicas e esportivas é um hábito de vários paraenses como o corretor de seguros Fabio Ribeiro Leite, 52 anos. Ele mora a quase um quilômetro do Portal da Amazônia, que é a orla favorita para atividades físicas e passeios. “Sempre que eu posso, vamos caminhar na orla com a minha esposa e o meu filho, que, às vezes, vai também. Achamos interessante ir no momento do pôr-do-sol aos finais de semana.



Fábio e Milka Leite tomando água de coco na orla do Portal da Amazônia

Passeamos de bicicleta, caminhamos ou simplesmente tomamos água de coco sentados em um banquinho. Lá, curtimos o vento gostoso, apreciamos o rio e surgem conversas acolhedoras”, relata Fabio.

Para a bióloga e organizadora de eventos Andréa Furtado, as orlas são

ambientes ideais para levar a família para o lazer e atividades esportivas. “A gente costuma alternar entre a Estação das Docas, que é maravilhosa, e o Portal da Amazônia, onde a gente vai para correr, andar de bicicleta e comer uma deliciosa unha de caranguejo, apreciando o rio”, conclui. **¶**

Scouts are greenwashing in Amazon



Figura 4 – A caricatura foi publicada originalmente pela Associação Pan Amazônia

Durante a década de 1870 e os primeiros anos da de 1880, países europeus como Grã Bretanha, França e Alemanha começaram a olhar para os recursos naturais da África como suprimento para seus setores industriais florescentes, considerando o mercado potencial de matérias-primas para a produção de suas fábricas. Como resultado desta visão, esses governos buscaram salvaguardar seus interesses comerciais na África, enviando emissários

ao continente para tratativas com líderes tribais ou seus supostos “representantes”¹. No intuito de resguardar as posições alemãs, mas mostrando-se “desinteressado”, o chanceler Otto von Bismarck organizou a Conferência de Berlim, no período de novembro de 1884 a fevereiro de 1885, divi-



CLÓVIS CARNEIRO

Economista, presidente da Associação Comercial do Pará e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA.

a influência político-econômica no Oriente Médio, com grande potencial petrolífero (Figura 2).

Os dois acordos, Conferência de Berlim e Sykes-Picot tiveram nítida inspiração econômica, suprir às indústrias europeias. Visão norteadora do desenvolvimento do século XX. Claro que na

dindo o continente africano entre as potências europeias. Participaram da Conferência treze países europeus e os Estados Unidos (Figura 1).

Em 1916, ao perceberem que as linhas de suprimento alemãs estavam em dificuldades para reabastecer o front, a real possibilidade de derrota do Império Otomano e que a vitória na Primeira Guerra Mundial se delineava, Reino Unido e França celebraram secretamente o Acordo Sykes-Picot, acertando

questão africana outras justificativas entraram para não parecer, pura e simplesmente, um tratado imperialista. O caso Sykes-Picot teve posição geopolítica mais simples, tratava-se de território livre pela queda do Império Otomano e se estava resgatando a “soberania” dos países do Oriente Médio.

Após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1950 e 1980, a grande maioria dos países africanos conquistou sua independência. As exceções foram Libéria - 1847, Egito - 1922 e Eritreia - 1993.

Na medida que o continente africano avançava em sua independência, no chamado mundo desenvolvido iniciava-se inquietação geopolítica em face da Guerra Fria. Além do problema da esfera de influência política havia a questão econômica. Em paralelo, em 1955, realiza-se a Conferência Ásia-África em Bandung, Indonésia, origem do Movimento dos Países Não Alinhados, formalizado em Belgrado na conferência de 1961, cujo objetivo era a manu-

Figura 1



tenção de suas independências e opor-se às diversas formas de colonialismo e ou neocolonialismo.

Diante da nova configuração geopolítica e na perspectiva econômica de maior concorrência por recursos naturais, matérias-primas para as indústrias, começam a surgir movimentos “preocupados” com a “iminente” exaustão desses recursos. Neste sentido, em 1968, Aurelio Peccei, industrial italiano, Alexander King, químico inglês, e David Rockefeller, banqueiro estadunidense, fundam o Clube de Roma e, em 1972, lançam o estudo do Massachusetts Institute of Technology – MIT “The Limits to Growth”, rapidamente esquecido por trazer basicamente um erro em si. A publicação repetia a Hipótese de Thomas Malthus (1766 – 1834), prevendo fome a partir da década de 2010. (Figura 3)

O estudo e a hipótese famélica foram rapidamente esquecidos e, também em 1972, temos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano culminando com a Declaração de Estocolmo: “Ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente sustentável.”

A Declaração de Estocolmo é o documento gênese de toda a política global ambientalista e continua em pleno vigor e dele devem emanar todas as normas internacionais para a questão ecológica. Dentre os princípios de Estocolmo, existem dois que parecem estar sendo esquecidos nos atuais debates diplomáticos, especialmente na questão amazônica: Princípio 08 – “Desenvolvimento econômico e social como essencial para a qualidade de vida humana.”; e Princípio 21 – “Direito soberano dos Estados de explorarem seus próprios recursos.”

Figura 2

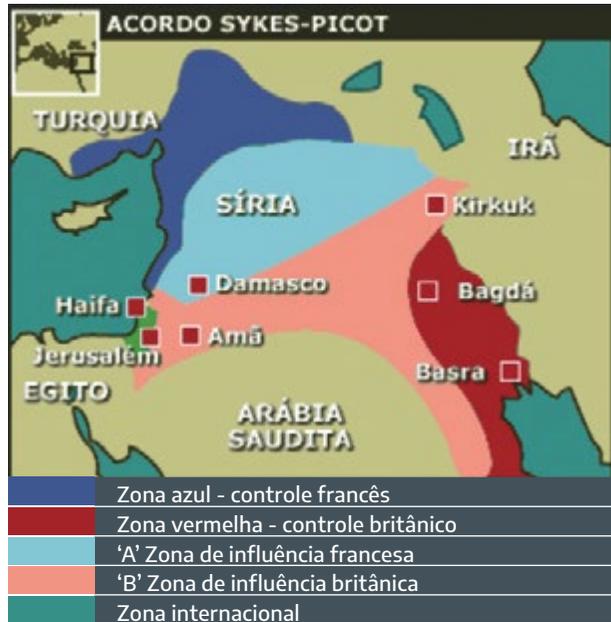
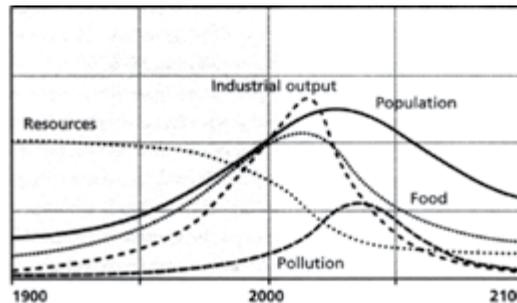


Figura 3

LIMITS TO GROWTH? 1972 STUDY

State of the World



- BAU Computer Model for "World 3"
- Pollution and resource scarcity start to impact ind. productn and then food in decades 2010-2030

O sombreamento dos dois princípios torna-se mais grave quando reportamos pronunciamentos de líderes internacionais referentes à soberania brasileira sobre a Amazônia: François Mitterrand (1989): "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia"; John Major (1992): "As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região"; Henry Kissinger (1994): "Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta. Terão que montar um sistema de pressões

e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos"; e Emmanuel Macron (2019): "Associações, ONGs e atores, já há vários anos – por vezes alguns atores jurídicos internacionais – levantaram a questão para saber se podemos definir um status internacional da Amazônia." Outras autoridades internacionais também se manifestaram no mesmo sentido (Figura 4).

Chama atenção, ao mesmo tempo da colocação sobre a Amazônia, o presidente francês Emmanuel Macron ter manifestado “seu apoio à manutenção do atual sistema de subsídios agrícolas europeu e, ainda, mostrou-se favorável ao aumento desses fundos para os agricultores franceses.”²² O pronunciamento aconteceu na abertura do Salon de l’Agriculture de Paris em 22 de fevereiro de 2020.

A Organização Internacional do Comércio – OMC tem mostrado, ao longo dos anos, que os subsi-

dios agrícolas distorcem severamente o comércio internacional e se constituem juntamente com as tarifas em barreiras às exportações, especialmente as dos países em desenvolvimento. O tema foi enfatizado na Conferência de Nairóbi em 2015, inclusive propondo cronograma de eliminação desses subsídios entre 2018 e 2023 para os países desenvolvidos e até 2030 para os em desenvolvimento. Também, tem sido colocado nos documentos da OMC que os países em desenvolvimento são os mais prejudicados.

A União Europeia gasta anualmente algo como EU\$59 bilhões em subsídios agrícolas³ ou R\$356 bilhões.

Curiosamente Macron cita associações, ONGs e atores jurídicos internacionais como propoentes de um possível mecanismo definidor de status internacional para a Amazônia. O interessante é o paralelo com a África do século XIX: os emissários europeus ao continente para tratativas com líderes tribais ou seus supostos “representantes” eram chamados singelamente de “escoteiros” (scouts em inglês). Em primeiro plano, a palavra escoteiro pode parecer inocente e, assim deve ter sido para os africanos nos 1800, mas no Oxford Advanced Learn’s Dictionary, no sinônimo 4, temos: “habilitado a pesquisar local ou áreas no sentido de encontrar ou descobrir algo.” O léxico também define como olheiro. Ou seja, as associações, ONGs, missionários e atores diversos em atividades na Amazônia podem muito bem ser comparados aos “escoteiros” destinados à África no século XIX.

Quanto aos líderes tribais e ou seus “representantes”, contrapartes dos “escoteiros”, temos gente para todos os gostos sempre a contrariar os interesses da maioria da população amazônica, que tem em algumas áreas os piores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH do país.

Todo esse embate político-diplomático omite os princípios 08 e 21 do Protocolo de Estocolmo e eclipsa as questões político-eleitorais na Europa, onde está pendente de aprovação pelos estados nacionais o Acordo MERCOSUL x União Europeia, cujo texto no seu capítulo 14, “Comércio e Desenvolvimento Sustentável”, coloca: “... os padrões trabalhistas e ambientais não podem ser rebaixados ou diminuídos no sentido de atrair comércio e investimentos; e o Acordo Comercial não pode restringir o direito das partes de legislar sobre questões ambientais ou trabalhistas, incluindo situações onde informações científicas não forem conclusivas”.

Toda a regulamentação ambiental e trabalhista brasileira é anterior ao Acordo MERCOSUL x União Europeia. Ou seja, já temos o nosso marco inicial estabelecido, a questão da reserva legal, unidades de conservação e reservas étnicas ambas de propriedade da União e as reservas estratégicas, como é o caso da RENCA – Reserva Nacional do Cobre e Associados, que não é uma unidade de conservação ambiental, como foi passado para a opinião pública em 2017. Além da regulamentação nacional temos as legislações estaduais, como é o caso do Pará, o primeiro Estado a editar lei de zoneamento econômico-ecológico, Lei Estadual 6.745/2005, que destina 35% do território para áreas para atividades econômicas. 35% do Pará são 43,5 milhões de hectares, ou a soma das áreas dos estados de São Paulo e Paraná juntas. São Paulo tem 24,8 milhões de hectares e o Paraná 19,9 milhões.

Nesta leitura, vemos que o Brasil tem cumprido suas obrigações previstas no acordo com a União Europeia e é o Velho Mundo que precisa implementar suas obrigações diplomáticas, especialmente levando em conta os princípios 08 e 21 do Protocolo de Estocolmo e ratificando as decisões da Conferência de Nairóbi de 2015. Isso

é muito importante para o Pará e para a Amazônia.

Os autores Stefan Heck, Matt Rogers e Paul Carroll, no livro “Resource Revolution”, de 2014, colocam três produtos como condutores do desenvolvimento econômico nos séculos XXI e XXII: energia, água e proteína. Nada é mais Pará e Amazônia do que isso.

A Lei Estadual 6.745/2005 possibilita criar 236 empregos no agronegócio a cada US\$500 mil de demanda agregada, ou 32 mil postos de trabalho no campo e divisas de até US\$16 bilhões. O potencial hidroelétrico da Amazônia são 174 GW, permitindo a possibilidade de reindustrialização do país com custo de energia mais barato, perene e com potencial para criação de 86 empregos na indústria de transformação a cada US\$500 mil de demanda agregada.

O atual embate entre ambientalistas e investidores na Amazônia já causa ônus para toda a sociedade, como a sobretaxa nas tarifas de energia elétrica, a bandeira vermelha de R\$6,24 a cada 100KWh de consumo na conta de todos os brasileiros, para custear usinas termoeletricas mais caras e poluidoras por falta de mais usinas hidroelétricas com lagos de acumulação na Amazônia. Os ecologistas têm feito forte oposição aos grandes reservatórios nas usinas hidroelétricas na Região.

Ao compararmos o atual debate ambiental na Amazônia aos antecedentes e aos debates na Conferência de Berlim de 1884, a quantidade de ONGs e missões atuando na Região e os debates nacionais e internacionais sobre a preservação da floresta, lembramos do termo “greenwashing” cunhado pelos americanos para definir o injustificado uso de termos eco amigáveis em discursos ou peças publicitárias cujas verdadeiras intenções não têm efetivamente nada no real interesse da preservação ambiental, tal como as ações dos “escoteiros” enviados à África.¶

1. Berlin Conference of 1884-1885 - Oxford Reference; Encyclopedia of Africa: Edited by Henry Louis Gates, Jr. and Kwame Anthony Appiah; Publisher: Oxford University Press; Print Publication Date: 2010; Print ISBN-13: 9780195337709; Published online: 2010; Current Online Version: 2010; e ISBN: 978019973390.

2. At Paris farm fair, Macron vows to protect EU ag subsidies (yahoo.com)

3. Explore European Common Agricultural Policy farm subsidy payments | FarmSubsidy.org

Sindicatos superaram desafios para fortalecer seus setores

O Sistema FIEPA é composto por 29 sindicatos, representantes das empresas do setor industrial, nos diversos segmentos. Dentre os principais desafios de muitos deles está unir a categoria a qual representam, para fortalecê-la, atuando assim coletivamente na defesa de interesses. E, no atual contexto da pandemia, que provoca distanciamento, crise econômica, crise na saúde, entre outros, eles também tiveram que se adaptar e se reinventar, para poder responder às demandas das indústrias.

A presidente do Sindicato das Indústrias de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará (SINOLPA), Marcella Novaes, está há quase dois anos à frente da entidade e conta que assumiu a gestão às vésperas da pandemia. “Posso afirmar que é aqui, na terra dos contrastes, que uma regra fundamental foi posta à prova, no sentido de que nem sempre os fortes sobrevivem. Sobrevive quem se une!”, afirma, acrescentando que, se por um lado o distanciamento físico afas-

tou a todos, a adversidade fortaleceu o grupo de empresas filiadas. “Foi com a união de esforços que o SINOLPA articulou ações para garantir a vida de mais de 20 mil pessoas no Pará em duas das mais importantes cadeias produtivas do Estado, a da palma de óleo e o coco. Juntos, investimos mais de R\$ 1,5 bilhão para garantir saúde, segurança e manter nossas operações”, conta.

De acordo com Marcella, ao atuar de modo isolado, as empresas se fragilizam e perdem poder de articulação. Por essa razão, diz ela, é importante para as indústrias manterem-se filiadas ao sindicato da categoria e participar ativamente das discussões e agendas. “Entendo que chegou a hora de olhar o futuro, com a esperança na vacina, e focar em pautas capazes de nos unir ainda mais, como inclusão, igualdade e diversidade. E é exatamente isso, protagonismo e liderança, que as empresas do segmento de óleos e azeites alimentícios podem esperar do SINOLPA. Sempre dá para fazer mais e ir além, mas isso só é possível com participação coletiva”.

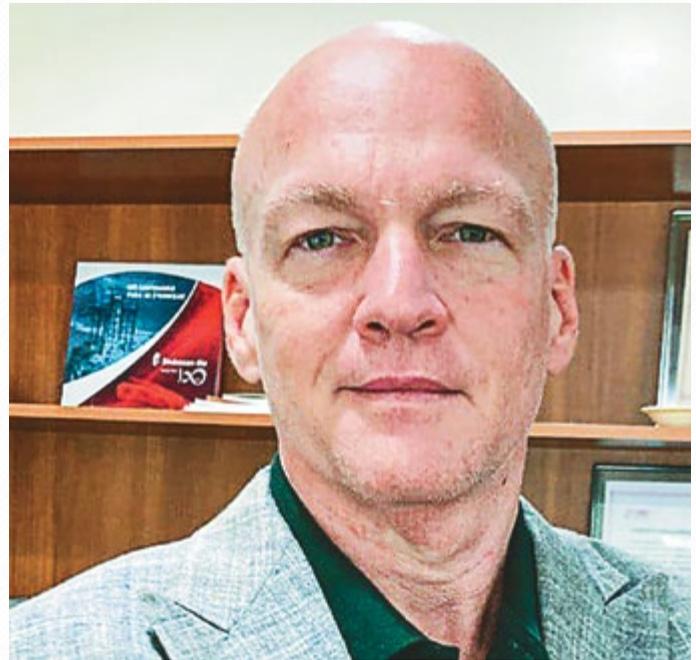
FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES

O Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Pará (SINDUSCON-PA) iniciou, no dia 1º de junho, uma nova chapa de diretoria, que foi votada e aprovada no dia 17 de maio. O presidente Alex Carvalho não deixa de demonstrar gratidão à diretoria de 2017 a 2021, ao lembrar que foi uma gestão que já iniciou sob a nova realidade trazida pela reforma trabalhista, que retirou a obrigatoriedade da Contribuição Sindical Patronal. “Com isso, o exercício do associativismo ganhou protagonismo, no qual passou a ser o pilar de sustentação de todas as ações. Buscamos atingir excelência aos serviços prestados, participar mais efetivamente em defesa dos interesses do setor e, assim, promover a atração de novas empresas, além do sentimento de satisfação das nossas associadas”, recorda o presidente, que está em seu segundo mandato.

Como estratégias para o mandato de 2021 a 2023, revela Alex Carvalho, o objetivo é fortalecer a relação institucional do sindicato



Marcella Novaes, presidente do Sindicato das Indústrias de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará



Alex Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Pará

com a Federação das Indústrias do Estado do Pará e todo o Sistema S, com a Câmara Brasileira da Construção Civil e com todos os agentes públicos e privados, para integrar o máximo de ações que tragam benefícios para as empresas do setor da construção e a todo o segmento produtivo do Estado.

O presidente do SINDUSCON-PA lembra ainda que a construção civil, ao longo dos últimos anos, experimentou em dois momentos um ensaio de retomada de crescimento. “No último trimestre de 2018 tivemos um primeiro lampejo e, em 2019, um movimento mais sólido de retomada. Todavia, nos primeiros meses de 2020, fomos duramente impactados com a chegada da pandemia no país”. Para Alex, mesmo neste momento de crise, o Sindicato vislumbra que o processo de retomada consolidada não está muito distante de acontecer, por mais que o setor esteja alarmado com a atual situação dos excessivos e sucessivos aumentos de preço

materiais de construção, além da burocracia, fatores que impactam no ritmo das obras vigentes, retardam o início de novas e deixam mais distante o sonho de recuperar milhares de empregos perdidos no setor. “Essa recuperação de postos de trabalho vai incrementar a renda de milhares de pessoas e gerar um efeito positivo na economia, porque alcança vários outros segmentos produtivos que dependem do setor da construção”, avalia.

O SINDUSCON-PA ampliou a sua rede de relacionamento institucional em busca de parceiros, dando maior capilaridade às ações socioambientais, com nova roupagem a um programa feito há mais de uma década, o “Construção Saudável”, que realizou, ao longo desse tempo, muitas ações relevantes com vistas à saúde ocupacional. Hoje nós incrementamos essas ações para levar conscientização ao cotidiano das pessoas, a fim de que alcance as famílias dos traba-

lhadores. Parceiros como SESI, SENAI, SEBRAE, entre outros têm sido muito importantes, porque a capilaridade dessas ações faz com que a conscientização seja mais ampla e, sendo assim, a sociedade toda terá condições de se prevenir melhor de doenças e/ou situações de vulnerabilidade social”, diz o presidente do Sindicato.

Alex aproveita para manter o chamamento a todas as empresas que compõem o setor da construção, para que reconheçam o sindicato não só como um porto seguro, mas como um receptáculo de informações e conhecimentos, para que se possa cumprir cada vez mais o papel de representá-las. “E para isso acontecer de forma mais efetiva, nós conclamamos a todos os empresários a estarem conosco e associarem suas empresas para juntos encontrarmos as melhores soluções em benefício do setor da construção civil do Estado do Pará e da sociedade paraense”, complementa.



Valdir Alves Júnior, presidente do Sinduscon-Castanhal



Anderson Baranov, presidente do Sindicato das Indústrias de Mineração do Pará (SIMINERAL)

NOVA GESTÃO PAUTADA NO DIÁLOGO

Sob nova gestão, iniciada em 1º de junho deste ano, o SINDUSCON – Castanhal também vislumbra o fortalecimento do Sindicato e, conseqüentemente, do setor da construção no município. O primeiro objetivo é trazer de volta os associados que se distanciaram por causa das recentes crises econômicas e também atrair novas empresas. Para isso, várias ações já estão sendo pensadas para unir e preparar as indústrias da construção para os próximos anos, que segundo previsões devem ser positivos para o setor. “Queremos voltar a promover palestras, dar cursos aos associados, ouvir as demandas das empresas e buscar soluções juntos, também contando com o apoio do Sistema FIEPA e os serviços que pode ofertar por meio, principalmente, do SESI e do SENAI”, explica Valdir Alves Júnior, novo presidente do Sinduscon – Castanhal.

Ele reforça a importância do associativismo para as negociações que beneficiam o setor e conta com a participação e engajamento dos associados durante a sua gestão, que, segundo ele, será pautada no diálogo. “Eu conto com todos os colegas do setor para me ajudarem nesse processo, só assim as ideias darão certo. Sozinho eu não vou conseguir chegar a lugar algum. Cada um pode ter voz ativa para ajudar a fortalecer o sindicato. Eu, que sou empresário do setor e era associado antes de ser presidente, sempre lancei mão desse poder do sindicato, por isso incentivo as empresas a virem conosco”, conclui.

DESAFIO PARA UM NOVO MUNDO

Com a saída do então presidente José Fernando Gomes Júnior, que assumiu a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME), o Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (SIMINERAL) também está sob novo comando

desde abril deste ano. De acordo com Anderson Baranov, atual presidente da entidade, o desafio do Sindicato é o desafio do mundo, neste momento: vencer a pandemia de coronavírus. “Estamos com a Casa da Mineração, em Belém, fechada há mais de um ano para o público e isso, de certa forma, compromete nosso trabalho em aproximar as pessoas do setor. É verdade, porém, que temos uma equipe muito dedicada no sindicato, que tem feito esforços para manter essa proximidade com as pessoas através dos meios digitais. E isso também é um desafio”, diz Baranov. Ele lembra que o SIMINERAL já é um sindicato bastante digital, mas que quer avançar ainda mais nessa agenda para continuar a ser atrativo, relevante e necessário, tanto para os associados quanto para a sociedade em geral, com quem sempre busca dialogar.

O presidente do SIMINERAL conta que a atividade mineral foi considerada essencial pelo governo federal durante a pande-

mia de coronavírus. Por essa razão, as associadas aqui no Pará tiveram que implementar procedimentos de segurança muito rigorosos para manter a saúde dos funcionários e seus familiares. Por todo o Estado, relata ele, houve experiências exitosas e que são motivo de orgulho. Graças a esse trabalho, diz o presidente, o desempenho do setor, especialmente no Pará, foi proveitoso, de acordo com o boletim econômico mineral do ano passado e dos primeiros quatro meses deste ano, que traz dados do Ministério da Economia e da Agência Nacional de Mineração. “Então, a gente espera que, livres da pandemia, possamos ter um desempenho ainda melhor do que as marcas históricas que temos atingido. Isso é bom para as empresas, claro, mas especialmente para a economia do Pará”.

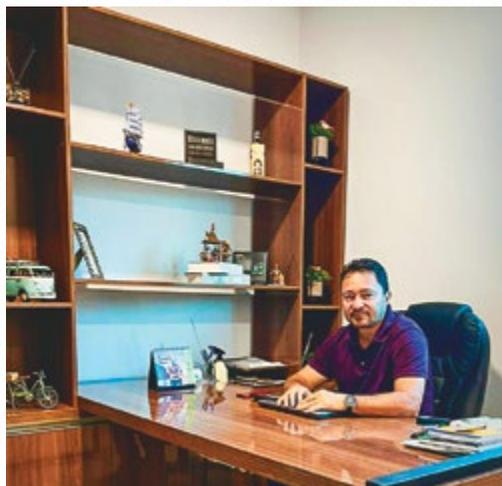
Questionado sobre o que uma empresa filiada pode esperar do SIMINERAL, enquanto entidade representativa do setor, o presidente responde: “Tem uma coisa que quando chega um associado novo no SIMINERAL a gente sempre diz, e acho, com muita humildade, que não decepcionamos nesse sentido: o SIMINERAL tem como missão criar um ambiente institucional favorável à inserção competitiva e ao desenvolvimento sustentável da indústria mineral no Estado do Pará. Queremos ajudar a promover, representar, assessorar e capacitar a indústria de mineração no nosso estado. É isso que nossos associados esperam de nós e é para isso que trabalhamos”.

Indicado pela FIEPA para ser o representante da Federação no Conselho Temático de Mineração da Confederação Nacional da

Indústria (CNI), no lugar de José Fernando Gomes Júnior, Anderson Baranov não deixa de registrar o trabalho relevante que o antecessor realizou no Conselho e avalia que a retomada desse assento no Comin é de extrema importância, uma vez que o Pará, sendo o principal exportador de minérios do Brasil, merece ter voz no Conselho. “Do ponto de vista pessoal, posso dizer que fiquei muito feliz e honrado de aceitar o convite para integrar esse seletivo grupo que pensa, propõe e discute soluções importantes para o setor que emprega tantos paraenses e que é um dos responsáveis pelo crescimento da economia no Pará, ano a ano”, avalia Baranov.

SOMA DE ESFORÇOS PARA ALCANÇAR O CRESCIMENTO

O Sindicato das Indústrias Madeireira e Moveleira de Tailândia (SINDIMATA) também passou por uma renovação recente, com a eleição do novo presidente, Erivan



Erivan Brandão Gonçalves, presidente do Sindicato das Indústrias Madeireira e Moveleira de Tailândia

Brandão Gonçalves. Empresário há muitos anos, pela primeira vez à frente de uma entidade representativa, ele conta que aceitou o desafio para abraçar a causa de fortalecer o sindicato. “A gente sente que o setor está disperso, então estamos conversando com os companheiros, no sentido de convencê-los a somar esforços para com isso obtermos os resultados necessários para o nosso crescimento. Precisamos fortalecer o sindicato com a adesão de empresas que tenham responsabilidade ambiental, fiscal e trabalhista, critérios dos quais não abrimos mão”, comenta.

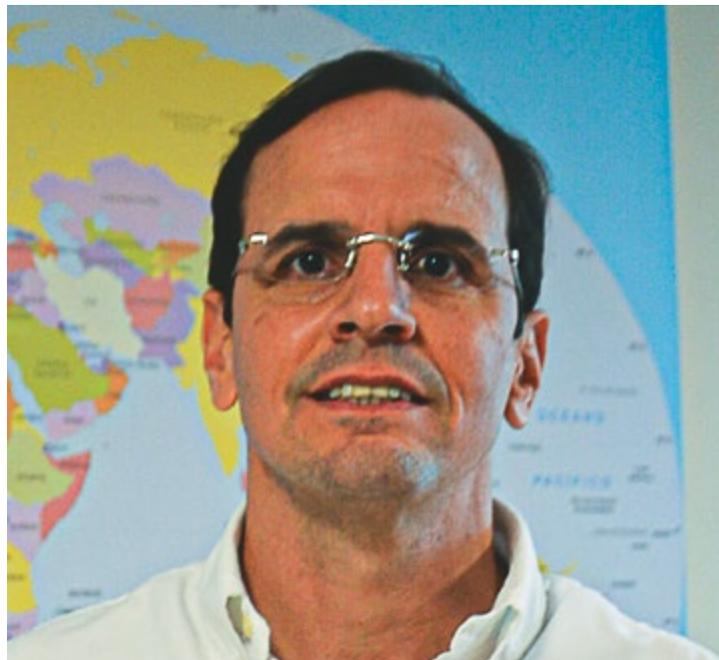
Ele explica que era empresário da pecuária e que, apesar de ser novo no setor florestal, percebe que houve muitas mudanças, com a maioria dos empresários abraçando a causa do respeito ao meio ambiente. “É um setor importante para o interior do Estado, pois muitos municípios dependem dele, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e geração de empregos”, afirma.

Segundo Erivan, ao fortalecer a categoria, é possível ao sindicato oferecer às empresas filiadas assessoria jurídica, treinamentos técnicos e outros benefícios, contando com o apoio da FIEPA. “Nosso objetivo é fazer uma gestão presente e transparente, que busque o melhor para as empresas. Estamos abertos às novas sugestões trazidas pelos associados. Sabemos que como empresários às vezes temos um tempo curto, mas é importante nos reunirmos e discutirmos essas novas ideias, senão enfraqueceremos o setor e ficaremos fragilizados. Chegamos a um ponto em que ou fazíamos isso ou largaríamos de mão, mas optamos por abraçar essa causa pelo setor para fazer com que o sindicato tenha representatividade”, finaliza.

ABERTURA DE MERCADO E SOLUÇÕES PARA UM PRODUTO CADA VEZ MELHOR

Eleito há pouco tempo para mais um mandato, o presidente do Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará (SINDICARNE), Daniel Acatauassu Freire, afirma que o Sindicato é uma ferramenta excepcional para o setor privado, ao canalizar todas as iniciativas do Sistema FIEPA e da CNI, disponibilizadas para o setor, e ao ser o interlocutor das demandas da indústria da carne, que está presente nos diversos municípios do Estado.

O presidente conta que o sindicato tem trabalhado firmemente na abertura de mercados para a indústria do Estado do Pará e no nivelamento sanitário da produção de carne, visando entregar o melhor produto para o consumi-



Daniel Acatauassu Freire, presidente do Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará

dor no Pará, em outros estados e em outros países. “Nós temos trabalhado muito fortemente com o Governo do Estado para abrir mercados e com isso gerar divisas para o Pará. O Estado saiu de um percentual na ordem de 3% de exportação e hoje chega a 10% de exportações”, comemora o presidente. Ele destaca que em torno de 30% do que a indústria produz fica no Pará e os outros 60% são comercializados para todo o Brasil.

O SINDICARNE tem feito parcerias e instruído os sindicalizados com relação às políticas e à legislação trabalhista, tributária, sanitária e ambiental, além de ter participado de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público Federal com relação à carne produzida na Amazônia e a questão socioambiental.

Ao se filiar ao sindicato, enfatiza Daniel, a indústria tem acesso a todos os serviços disponibilizados pela entidade, às informações do setor, atualização de legislações, auxílio nos dissídios coletivos, entre outras vanta-

gens. Uma importante conquista do setor destacada pelo presidente do SINDICARNE é a publicação, por parte do Governo do Estado, de um decreto que amplia o incentivo fiscal para projetos de tecnificação pecuária, desde que haja comprometimento socioambiental. “Esse projeto vai permitir que a gente saia de uma produtividade de menos de uma cabeça por hectare e possa chegar até três cabeças por hectare, com uma qualidade de carne muito melhor, mais maciez, mais sabor. Ao aumentar a produtividade, a gente consegue, ao dar mais previsibilidade para a oferta de produto para a indústria paraense, verticalizar este gado e também oferecer para o supermercadista e ao consumidor acesso a um produto com melhor qualidade”.

Sobre o futuro do setor, o presidente afirma que é otimista e acredita que o Estado do Pará tem condições de se transformar no maior rebanho do Brasil em produção bovina, e um rebanho com *compliance* ambiental. “Nós não precisamos de abertura de nenhum

metro de floresta, elas têm que ficar intactas. Nós prezamos pelo respeito à natureza e temos condição de aumentar a produtividade, de diminuir a ociosidade da indústria frigorífica do Pará e melhorar a tecnologia, tecnificando a produção de carne e também contar com a parceria dos nossos fornecedores da pecuária, para melhorar o produto paraense. A gente tem interesse em de fato produzir uma carne de melhor qualidade e a gente pensa em criar até um selo de origem para a carne produzida com *compliance* socioambiental no Estado do Pará”.

OTIMISMO COM A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Carlos Jorge da Silva foi reeleito para mais um mandato à frente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará (SIGEPA), mas agora com um novo vice, o empresário Marcos Cavulla. Segundo a liderança, o setor foi um dos mais afetados nos últimos anos, sobretudo com o avanço da tecnologia que substituiu alguns serviços antes prestados exclusivamente pelas gráficas, o que se potencializou ainda mais durante a pandemia. Agora, com a economia voltando a dar sinais de crescimento, o SIGEPA está otimista em relação ao futuro das empresas do segmento, inclusive tendo a tecnologia ao seu favor.

“Os economistas estão dizendo que o crescimento da economia será de 5% este ano. Se isso acontecer mesmo, nós estamos com uma esperança muito grande de crescermos juntos. Assim como a tecnologia substituiu alguns serviços antes ofertados pelo setor gráfico, ela também nos melhorou.



Carlos Jorge da Silva, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará

As gráficas do estado do Pará não devem em nada para as de fora. Os equipamentos que eles têm nós temos aqui. Hoje temos máquinas top em que trabalham duas pessoas, da criação à impressão final”, pontua Carlos Jorge.

O trabalho do SIGEPA agora tem sido de conscientizar os empresários sobre a necessidade de se unirem, se ouvirem e buscarem soluções coletivamente. “Queremos trazer o associado novamente para dentro do sindicato, ouvindo-os, indo até eles para entender as suas dificuldades, unindo o setor em prol de um mesmo objetivo, que é o de fortalecer o setor. As indústrias gráficas só vão poder ser fortes unidas”, reforça o presidente.

Para o vice-presidente do SIGEPA, Marcos Cavulla, a união das empresas a partir do sindicato ajuda na defesa, junto ao Governo e prefeituras, de que as demandas pelos serviços gráficos devem ser feitas localmente. Ele diz que, assim, todos saem ganhando. “Existe várias franquias de lojas aqui, só de shoppings temos quatro

ou cinco na capital. Mas os serviços dessas franquias não são feitos aqui, vêm de fora. Ou seja, não se usa o parque gráfico local, usa-se somente a mão de obra. Nosso trabalho é, com o apoio da FIEPA e do poder público, mudar este cenário para que o setor sobreviva”, diz o vice-presidente, confiante na expansão do segmento no estado. “A mensagem que queremos deixar bem clara é que estamos animados para trabalhar e bastante otimistas com o futuro do setor gráfico no Pará”, finaliza.

BUSCA PELA DESBUROCRATIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO SETOR

No Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará (SINDIFRUTAS) os principais desafios são desburocratizar a produção do setor e mostrar a importância das indústrias do segmento para o estado e para a sociedade. O SINDIFRUTAS engloba principalmente o açaí, do qual o Pará, sozinho, representa mais de 94%

das exportações do Brasil para o mundo, além de ser um dos setores que mais gera empregos.

O presidente do sindicato, Reinaldo Mesquita, acredita que o apoio do Governo é fundamental para que as empresas do setor de frutas consigam investir e melhorar seus processos. E para que os empresários sejam ouvidos, a organização por meio do sindicato é fundamental. “Sem dúvidas o nosso grande desafio é o incentivo ao plantio e a participação do Estado para que possamos obter alguns tipos de licença com certa velocidade para que seja possível, por exemplo, conseguir financiamentos sobre implantação de tecnologias como irrigação e outras. A nossa luta é diária nesse sentido, e o engajamento dos associados ao nosso lado é imprescindível para que consigamos dar voz às nossas demandas”, diz Mesquita.

Para fortalecer o sindicato, a atual gestão, cujo mandato vai até fevereiro de 2022, tem priorizado agilizar as licenças que são barreiras para a produção e aprovar projetos de benefício do setor. “O que nós queremos enquanto gestão é dar continuidade ao trabalho da gestão anterior, que era muito boa com a Solange Mota, e estamos buscando sempre evoluir, brigando, tentando chegar a várias melhorias para que o mercado de frutas no estado, como o açaí, cresça bastante e a gente possa desenvolver. Queremos fortalecer cada vez mais o nosso sindicato e passarmos a ser vistos de uma forma boa, como um setor que emprega, que traz sustentabilidade, que preserva e que dá muitas vantagens e nome para o nosso Estado”, conclui o presidente do SINDIFRUTAS.



Reinaldo Mesquita, presidente do Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará

TRABALHO COM FOCO NA QUALIDADE E PADRONIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Representante de um setor que possui aproximadamente 450 fábricas no Pará, o Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para a Construção e de Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará (SINDOLPA) tem promovido importantes transformações no segmento, especialmente na regularização e aumento na qualidade de produtos voltados para a construção civil. A gestão atual, que tem como presidente o empresário Rivanildo Hardman, assumiu o sindicato em 2014, quando este estava inativo.

Durante os sete anos de trabalho, conta Rivanildo, o SINDOLPA tem buscado valorizar o produto de cerâmica vermelha no estado; incentivar a legalidade das empresas e conformidade dos produtos; inibir a concorrência desleal; criar cultura de venda pela qualidade técnica e valorizar e reeducar o

consumidor final. Para alcançar esses objetivos, muitas ações vêm sendo realizadas em prol do setor. “Assumimos a gestão com o objetivo de reerguer o sindicato, então organizamos reuniões mensais, participamos de feiras importantes do segmento, inclusive identificando um aumento na participação de associados nesses eventos a nível nacional e, com esse engajamento, incentivamos o associativismo do setor e mais empresas passaram a fazer parte do Sindolpa”, conta Rivanildo.

Uma das iniciativas mais recentes do sindicato é o “Tijolo Pai D’égua”. Realizado em parceria com o SENAI, o programa certifica produtos padronizados com o intuito de fortalecer e garantir a qualidade final. “As empresas participantes submetem regularmente seus produtos a ensaios de qualidade, dentro dos requisitos da ABNT 15.270 – Blocos Cerâmicos, ABNT 15.310 – Telhas Cerâmicas e Portaria INMETRO 270/2021 e, sendo aprovadas, recebem um certificado e passam a carimbar seus

produtos com o selo Pai D'égua em telhas e blocos”, explica Rivanildo.

O presidente do SINDOLPA destaca também o apoio da FIEPA nos projetos desenvolvidos pelo sindicato nos últimos anos. Segundo ele, a instituição tem papel decisivo nas principais demandas do setor cerâmico. “A Federação tem nos auxiliado em várias frentes de negócios, como através de organização de feiras e eventos, na área de incentivos fiscais ao setor cerâmico e como principal parceira e incentivadora de programas de qualidade”, diz Rivanildo, reforçando a importância da coletividade. “Desejamos e buscaremos que mais cerâmicas percebam a importância do associativismo, onde as necessidades e dificuldades são compartilhadas em reuniões, as ações de melhorias são combinadas e os órgãos passam a nos ver sob outra ótica”, conclui.

DEFESA DE UM DOS SEGMENTOS QUE MAIS EMPREGA NO BRASIL

Fundado em 1959, com Sede no Rio de Janeiro e representação em Brasília e Salvador, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-Infraestrutura (SINICON) possui representantes junto às Federações das Indústrias em diversos Estados. No Pará, ele é um dos filiados à FIEPA. De acordo com Cláudio Medeiros, presidente do sindicato, a marca de sua gestão é principalmente defender os interesses do setor da construção pesada-infraestrutura.

“Somos a mais antiga organização que representa, em caráter nacional, as empresas que exercem atividade econômica da construção pesada-infraes-

trutura. Nosso segmento é um dos que mais emprega no Brasil. A cada R\$ 28 bilhões, investidos em infraestrutura, geramos um incremento no PIB de R\$ 40,4 bilhões, movimentando mais de 60 segmentos”, pontua o presidente, que destaca ainda que o sindicato possui expertise e um importante histórico no diálogo com entidades representantes de trabalhadores, em negociações coletivas na prestação de apoio relacionado à interação de empresas, sobretudo pelas prerrogativas que detém.

“A empresa filiada ao SINICON é muito bem representada por nossa entidade. Não apenas nas questões trabalhistas, função precípua de um sindicato, mas também em outras demandas, que necessitem de apoio de nossa entidade, como por exemplo o aumento de insumos, que afetou profundamente as empresas; diálogo com o Poder Público, em todas as suas esferas, entre outras”, pontua Medeiros. Além disso, diz ele, existem comi-

tês específicos na entidade, que são: ética, jurídico, tributário, trabalhista, institucional, seguro-garantia, comunicação e inovação e engenharia. Eles acompanham diariamente assuntos que afetem as associadas, para oferecer soluções. “Somos uma entidade aberta, que luta não somente pelos interesses do segmento, mas também pelas causas da sociedade. Isto porque, quando há investimento em infraestrutura, há grandes obras e há geração de empregos, inclusive para a população mais vulnerável”, observa.

Cláudio Medeiros acredita que o investimento em infraestrutura é a vacina contra o desemprego. “Por isto, trabalhamos ininterruptamente para que os governos invistam neste setor, a exemplo do que fez os Estados Unidos, tanto na gestão de Barack Obama, quanto na atual gestão – que anunciou, no início do ano, investimentos de mais de US\$ 2 trilhões, para a próxima década. Temos certeza que o futuro é promissor”, conclui. ¶



Rivanildo Hardman, presidente do Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para a Construção e de Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará

Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café, Snaks Cond. e Castanhal – SIAPA

Presidente: Adson Santos Barbosa
Rod. Br. 316, Km. 62, S/N | Castanhal-PA
☎ 668745-000 | (91) 3711-0868
✉ siapa@linknet.com.br

Sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado do Pará – SIBEGE

Presidente: Juarez de Paula Simões
Trav. Benjamin Constant, 1571 | 66.035-060 | Belém-PA
☎ (91) 3201-1500
✉ juarez.simoes@gruposimoes.com.br
✉ janetedantas17@gmail.com

Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – SIGEPA

Presidente: Carlos Jorge da Silva
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4985
✉ sigepa@globo.com
✉ graficapsocorro@bol.com.br

Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acará – SIMAVA

Presidente: Oseas Nunes de Castro
Endereço: Av. Benedito Alves Bandeira S/N - Núcleo Urbano | 68.680-000 | Tomé Açú-PA
☎ (91) 3727-1035
✉ simavasindicato@yahoo.com.br
✉ madeireiramais@hotmail.com

Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Castanhal e da Região Nordeste do Pará – SIMENE

Presidente: Roberto Kataoka
Rod. Br. 316, Km. 62, S/N – Cristo Redentor
68.745-000 | Castanhal – PA
☎ (91) 3721-6445 / 98181-1572 (Jean)
✉ simenepa@hotmail.com
✉ rkataoka@oyamota.com.br

Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – SIMEPA

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3223-7146 / 3241-7894
✉ simepa@simepa.org.br
✉ secretaria@simepa.org.br

Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará – SIMINERAL

Presidente: Anderson Baranov
Trav. Rui Barbosa, 1536, CEP 66.035-220
Nazaré - Belém-PA
☎ (91) 3230-4066 / 4055
✉ coordenacao@simineral.org.br

Sindicato das Indústrias da Construção Naval do Estado do Pará – SINCONAPA

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA sala 7
☎ (91) 4009-4881
✉ fabio@riomaguari.com.br
✉ helenamommensohn@yahoo.com.br

Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – SINDICARNE

Presidente: Daniel Acatauassu Freire
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. A, 3º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 98709-5269 (Epaminondas)
✉ sindcarne@fiepa.org.br
✉ livestock@mercurioalimentos.com.br

Sindicato da Indústrias Cerâmica de São Miguel do Guamá e Região – SINDICER

Presidente: Antônio Aécio Miranda Lima
Rod. Br. 010, Km. 1809 – Centro
68.660-000 | São Miguel do Guamá-PA
☎ (91) 99269-4843
✉ ceramicamirandaeribeiro@gmail.com
✉ ceramicacemil@gmail.com

Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – SINDIREPA

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
Tv. Quintino Bocaiúva, 1588 / Bloco B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4942
✉ andretecover@gmail.com
✉ sindirepa@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará – SINDIFRUTAS

Presidente: Reinaldo Mesquita dos Santos (reinaldo@nutrilatino.com.br)
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bloco B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4894
✉ sindfrutas@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará – SINDILEITE

Presidente: Frederico Eduardo Machado Rodrigues
Folha 27 Quadra 20, Lote 21 Sala 03, S/N Altos.
68.509-290 - Marabá-PA
☎ (94) 3321-1953 / (63) 99144-3934 (Jorge tuitoia)
☎ 99190-5757 (Mineiro)
✉ sindileite@hotmail.com
✉ jorgetuitoia@hotmail.com

Sindicato das Indústrias de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua- SINDIMAD

Presidente: Leandro Raul Rymssa
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. A, 5º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4878 / 3242-7342 / 3242-7161
✉ finaceiro@aimex.com.br

Sindicato das Indústrias Madeireira e Moveleira de Tailândia – SINDIMATA

Presidente: Erivan Brandão Gonçalves
Rod. PA 150 km129- caixa postal : 92 | Tailândia/PA
(91) 99182-4276 / 99106-8900
✉ sindimata.pa@gmail.com

Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado do Pará – SINDMÓVEIS

Presidente: Maurício Riozo Kaiano
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4879
✉ sindmouveis@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – SINDOLPA

Presidente: Rivanildo Samuel Hardman
Av. Barão do Rio Branco, 1515, aptº 1201
68.742-000 | Castanhal-PA
☎ (91) 3809-1500
✉ diretoria@ceramicavermelhapara.com.br

Sindicato das Indústrias de Palmitos do Estado do Pará – SINDIPALM

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré
66.0356-190 | Belém-PA
☎ (91) 3225-1788 / 4009-4883
✉ sindpalm@fiepa.org.br
✉ bruno@induspar.com.br

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Pará – SINDIPAN

Presidente: André Henrique de Castro Carvalho
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré
Sala 8 | 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3241-1052 / 4009-4874
✉ sindipan.pa@gmail.com

Sindicato das Indústrias de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – SINDISERPA

Presidente: Shydney Jorge Rosa
Rod. PA 125, Km 02 – Pólo Moveleiro
68.625-970 | Paragominas-PA
☎ (91) 991087759
✉ claudiocypriano26@gmail.com

Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – SINDITEC

Presidente: Flávio Junqueira Smith
Endereço: Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré | 66.035-190 | Belém - PA
☎ (91) 4009-4896
✉ ifibrambelem@gmail.com
✉ flavio@castanhal.com.br

Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Pará – SINDUSCONPA

Presidente: Alex Dias Carvalho
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 1º andar
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3241-4058 / 3241-8383 / 99194-6592 (whatsapp do sindicato)
✉ secretaria@sindusconpa.org.br
✉ administrativo@sindusconpa.org.br

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Castanhal – SINDUSCON/CAST

Presidente: Valdir Alves de Oliveira Junior
Rod. Br. 316, Km. 62, S/N – Cristo Redentor
68.745-000 | Castanhal-PA
☎ (91) 3721-3835 / 3711-0804 / 3721-6445
✉ delegaciacastanhal@fiepa.org.br
✉ contato@sindusconcastanhal.org.br

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas do Estado do Pará – SINDUSROUPA

Presidente: Rita Arêas
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bloco B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4872
✉ sindusroupa@yahoo.com.br
✉ ritabembordado@yahoo.com.br
✉ ritareas@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – SINOLPA

Presidente: Marcella Novaes
Av. Visconde de Souza Franco, 1271, condomínio edifício Renoir, ap 2001, entre João Balbi e Boa Aventura.
66.055-005 | Belém
☎ (91) 4009-8008
✉ mcnovaes73@gmail.com
✉ marcella.novaes@agropalma.com.br

Sindicato das Indústrias de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará – SINOVESPA

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
Trav. Quintino Bocaiúva, 158 - Bl. B, 6º andar – Sala 4
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4871
✉ sinovespa@fiepa.org.br
✉ dulor@ig.com.br

Sindicato das Indústrias de Pesca do Estado do Pará – SINPESCA

Presidente: Apoliano Oliveira do Nascimento
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 1º andar - Nazaré
66.035-1290 | Belém-PA
☎ (91) 3241-4588 / 4009-4897
✉ sinpesca@fiepa.org.br
✉ apoliano Nascimento@gmail.com

Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – SINQUIFARMA

Presidente: Nilson Monteiro de Azevedo
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré
66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3241-8176 / 4009-4876
✉ sinquifarma@fiepa.org.br
✉ nilson@fiepa.org.br

Sindicato Nacional das Indústrias da Construção Pesada - Infraestrutura – SINICON

Presidente: Claudio Medeiros Netto Ribeiro
Rua Santa Luzia, 651, 1º andar - Centro
20030-041 | Rio de Janeiro - RJ
☎ (21) 2210-1322
✉ financeiro@sicon.org.br
✉ tatiiane@sicon.org.br

+ NEGÓCIOS

O APP da Plataforma
de Fornecedores da
REDES/FIEPA



Visibilidade pelas
grandes indústrias



Recebimento de
demandas de compras



Venda Mais

Nunca foi tão fácil
vender.



REDES

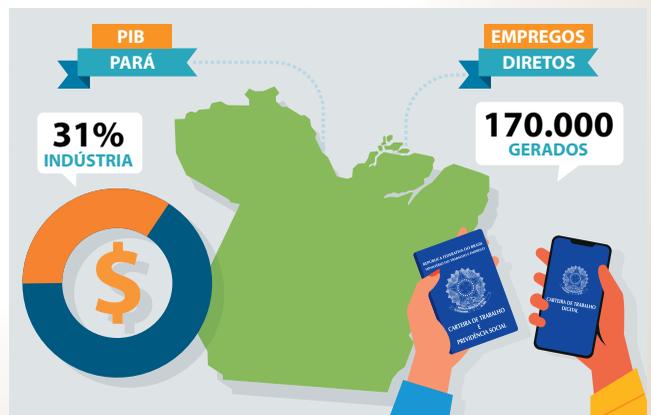
INICIATIVA
FIEPA
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Feito no Pará, pode comprar.



**A indústria paraense faz parte da nossa vida.
Porque indústria mais forte é mais força para todos.**

Quando você dá preferência para um produto feito pela indústria do Pará, você está dando preferência ao fortalecimento da nossa economia, à atração de mais negócios, mais inovações, geração de empregos e receitas para o estado, que se transformam em investimentos em educação, saúde, infraestrutura, habitação, qualidade de vida. A indústria gera 170.000 empregos diretos, responde por 31% do PIB do estado, e continua crescendo. Se você gosta de comprar produtos feitos aqui, o povo paraense só pode dizer: obrigado pela preferência!



SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

FIEPA IEL
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA